



**Determinantes da Escolha do Modelo de Revalorização na
Mensuração Subsequente dos Ativos Fixos Tangíveis em
Portugal e no Brasil**

Cláudia Regina da Conceição

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Porto – 2015 |

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



**Determinantes da Escolha do Modelo de Revalorização na
Mensuração Subsequente dos Ativos Fixos Tangíveis em
Portugal e no Brasil**

Cláudia Regina da Conceição

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto para
a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob
orientação da Professora Doutora Cláudia Maria Ferreira Pereira**

Porto – 2015

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo

Este estudo tem por objetivo principal identificar as características das empresas que podem condicionar a escolha do modelo de mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis (AFT).

Para o efeito começamos por fazer uma contextualização nas Normas Contabilísticas Internacionais e Nacionais, bem como o traçado do Processo de Harmonização Contabilística e do Processo de Convergência das Normas de Contabilidade às Normas Internacionais.

Enquadramos o impacto da adoção das normas internacionais por Portugal e pelo Brasil, países em estudo.

O tratamento contabilístico dos AFT, no que diz respeito à mensuração subsequente, contempla dois modelos alternativos para relatar o seu valor; modelo do custo e modelo de revalorização, relacionados com as condições económicas e financeiras das empresas.

Baseados na recolha de informação financeira de 40 empresas cotadas (20 brasileiras e 20 portuguesas), no período de 2010 a 2014, efetuamos análises estatísticas de forma a apurar se as determinantes selecionadas como hipóteses validam a questão central da nossa investigação.

As determinantes consideradas foram a dimensão, o endividamento, a rendibilidade e o país (políticas contabilísticas), tendo ainda sido analisados os excedentes de revalorização.

A Dimensão parece não influenciar na tomada de decisão sobre o modelo de revalorização a adotar, enquanto o nível de endividamento influencia na escolha do referido modelo. Quanto à Rendibilidade, os resultados foram inconclusivos e, no que respeita à Política contabilística (País) concluímos que tendencialmente prevalecem as normas nacionais, mais enraizadas na prudência e conservadorismo.

Esta mesma tendência foi reforçada pela análise dos Excedentes de Revalorização.

Assim, salienta-se que os resultados obtidos indicam que prevalece o modelo de custo, em detrimento do modelo de revalorização.

Palavras-Chave: Ativos Fixos Tangíveis, Fatores Determinantes, Modelo de Revalorização, Normas Internacionais de Contabilidade.

Abstract

This study has the main objective to identify the characteristics of companies that determine the choice of subsequent measurement model of tangible fixed assets (AFT).

To this end we started to make a contextualization in International and National Accounting Standards as well as the layout of the Accounting Harmonization Process and the Process of Convergence to the International Standards Accounting Standards.

Frame the impact of the adoption of international standards by Portugal and Brazil, countries in study.

The accounting treatment of AFT, with regard to the subsequent measurement, includes two alternative models to report its value; cost model and revaluation model, related to the economic and financial conditions of companies.

Based on the financial information gathering 40 listed companies (20 Brazilian and 20 Portuguese) in the period 2010 to 2014, we performed statistical analysis in order to ascertain whether the determinants validate hypotheses selected as the central issue of our investigation.

The determinants were considered the size, indebtedness, profitability and the country (accounting policies), having also been analyzed revaluation surpluses.

The size doesn't seem to influence the decision-making on the revaluation model to adopt, while the debt level influences the choice of that model. As for Profitability, the results were inconclusive and, with respect to accounting policy (Country) concluded that tends to prevail national standards, more rooted in prudence and conservatism.

This same trend was reinforced by the analysis of Surplus Revaluation.

Thus, it is noted that the results indicate that prevails the cost model to the detriment of the fair value model.

Key words: Tangible Fixed Assets, Determinants, Revaluation Model, International Accounting Standards.

Dedicatória

“À Deus, Minha Família e Meu Marido”

Agradecimentos

Quero expressar o meu agradecimento a todos quantos no decorrer desta investigação para a realização da presente dissertação do Mestrado em Contabilidade e Finanças contribuíram e que me permitiram que cada dia fosse com particular motivação, nomeadamente:

Agradeço a Deus pela força e sabedoria diária para concretizar este objetivo.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Cláudia Maria Pereira, a disponibilidade e a forma como me acompanhou na elaboração da presente dissertação que muito elevaram os meus conhecimentos científicos e o estímulo de querer saber mais para que pudesse fazer melhor e, também aos restantes docentes e serviços do ISCAP.

À Mestre Brízida Tomé, pela sua colaboração na revisão final da dissertação, por transmitir o seu conhecimento e por toda disponibilidade dispensada.

À Minha Família, em especial aos Meus Pais, a Minha Irmã Rosidete, mesmo à distância proporcionaram-me solidariedade e apoio incondicional, à minha filha Bárbara Brigitte, pelo tempo que lhe foi reduzido da atenção por mim dispensada e em especial agradeço ao Meu Marido Ângelo Lopes dos Santos, pela sua compreensão, apoio, rigor, companheirismo ao longo deste percurso onde nos momentos mais precisos esteve sempre disposto com uma palavra amiga e de incentivo e por acreditar sempre em mim e a evidenciar o meu potencial.

Às minhas amigas pela vossa amizade que ao longo deste percurso dispuseram do seu tempo para me apoiar e que foram muito importantes na realização desta dissertação.

Espero de alguma forma que esta etapa, que finalizo, consiga, retribuir e compensar todo o carinho, apoio e dedicação que, constantemente, me oferecem. A eles, dedico todo este trabalho.

Lista de Abreviaturas e Siglas

Abreviaturas:

AFT – Ativo Fixo Tangível

BACEN – Banco Central do Brasil

BDP – Banco de Portugal

BDRS - Brazilian Depositary Receipts

BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

BRL - REAL

CE – Comissão Europeia

CH – Custo Histórico

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DC – Diretrizes Contabilísticas

EUR - Euro

FASB - Financial Accounting Standards Board

IAS – International Accounting Standard

IASB -International Accounting Standard Board

IASC - International Accounting Standards Committee

IFAC - International Federation of Accounting

IFRS – International Financial Reporting Standard

GAAP- Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites

IOSCO - International Organizational of Securities Commission

JV – Justo Valor

KOSDAQ - Korean Securities Dealers Automated

KOSPI - Korea Composite Stock Price Index

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

NBC-CT - Norma Brasileira de Contabilidade e Comunicados Técnicos

NBC-IT - Norma Brasileira de Contabilidade Interpretações Técnicas

NCRF – Norma Contabilística de Relato Financeiro

NI – Normas Interpretativas

NYSE - New York Stock Exchange

PME – Pequenas e Médias Empresas

POC – Plano Oficial de Contas

SABI – Sistema de Análise de Balanços Ibéricos

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE – União Europeia

Siglas

AL. – Alínea

ART. – Artigo

Nº - Número

Índice

Resumo	ii
Abstract	iii
Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Lista de Abreviaturas e Siglas	vi
Índice	viii
Índice de Quadros e Tabelas	xi
Índice de Figuras e Gráficos	xii
Introdução	1
1. Enquadramento e Justificação do Tema.....	1
2. Motivação.....	2
3. Objetivos e Questão de Investigação	2
4. Metodologia	3
5. Estrutura do Trabalho.....	3
Capítulo I – Enquadramento teórico e revisão de literatura	5
1. Preliminar.....	5
2. Breve contextualização do panorama internacional do processo de harmonização contabilística.....	5
2.1. A normalização e harmonização contabilística na Europa	6
2.2. O Processo de convergência das normas de contabilidade às normas internacionais	7
2.3. As IFRS.....	9
2.3.1. A importância da adoção das IFRS na UE.....	9
3. Enquadramento contabilístico Europeu. Impacto da adoção das normas internacionais em Portugal e no Brasil.	12
3.1. Em Portugal	13
3.1.2. Algumas considerações sobre o processo de transição.....	15

3.2. No Brasil.....	17
3.2.1. Algumas considerações sobre o processo de transição.....	18
Capítulo II – Ativos fixos tangíveis.....	22
1. Preliminar.....	22
2. Definição e conteúdo de ativos fixos tangíveis.....	22
2.1 Conceito.....	22
2.2 Reconhecimento dos ativos fixos tangíveis.....	23
2.2.1 Critérios de reconhecimento.....	24
2.2.1.1 Custos iniciais.....	24
2.2.1.2 Custos subsequentes.....	24
2.3 Mensuração após reconhecimento.....	24
2.3.1 Modelo do custo.....	25
2.3.2 Modelo de revalorização.....	25
2.4 Divulgações.....	26
2.5 Norma contábilística e de relato financeiro 7.....	27
2.6 Norma brasileira de contabilidade técnica geral 27.....	27
3. Modelo do custo versus Modelo de Revalorização.....	29
4. A revalorização de ativos.....	30
4.1. A importância das demonstrações financeiras e fatores associados às escolhas contábilísticas.....	31
5. Escolhas contábilísticas.....	32
Capítulo III – Análise Estatística - Metodologia.....	34
1. Preliminar.....	34
1.1 Enquadramento metodológico.....	34
1.2. Caracterização da amostra.....	34
1.3. Recolha de dados.....	35
1.4. Análise de conteúdos.....	36
1.4.1. Fatores determinantes e sua análise.....	37
1.5. Definição das questões de investigação.....	38
1.5.1. Dimensão.....	38

1.5.2. Endividamento	39
1.5.3. Rendibilidade	40
1.5.4. País.....	41
2. Foco da investigação	42
3. Apresentação da análise	42
3.1. Análise estatística do valor dos ativos fixos tangíveis e respectivos resultados	42
3.2. Peso relativo dos AFT sobre o ativo total.....	43
3.3. Análise estatística da dimensão e respectivos resultados.....	43
3.4. Análise estatística do rendimento e respectivos resultados.....	45
3.5. Análise estatística da rendibilidade e respectivos resultados	46
3.6. Política contabilística.....	47
3.7. Análise dos Excedentes de revalorização	48
Capítulo IV – Conclusões	50
1. Principais conclusões	50
2. Limitações do estudo.....	53
3. Perspetivas de trabalhos futuros	53
Referências Bibliográficas	54
Anexos	60

Índice de Quadros e Tabelas

Quadro 1 – Efeitos da escolha do modelo mensuração subsequente.....	30
Quadro 2 – Terminologias utilizadas em Portugal e no Brasil	37
Quadro 3 – Fatores determinantes	37
Tabela 1 – Taxas de câmbio da conversão das demonstrações financeiras das empresas brasileiras.....	36
Tabela 2 – Valor dos AFT em relação ao ativo total.....	43
Tabela 3 – Dimensão.....	44
Tabela 4 – Endividamento	45
Tabela 5 – Rendibilidade.....	46
Tabela 6 – Políticas contabilísticas	47
Tabela 7 – Excedentes de revalorização.....	48

Índice de Figuras e Gráficos

Gráfico 1 – Política contabilística	47
Gráfico 2 – Excedentes de revalorização.....	49

Neste capítulo, será apresentada uma síntese do presente trabalho. Faremos o enquadramento e a justificação do tema, bem como a motivação que nos impeliu a esta investigação. Apresentamos de seguida os objetivos que se pretendem alcançar na realização deste trabalho, bem como a metodologia utilizada. Para finalizar, será apresentada a estrutura do trabalho.

1. Enquadramento e Justificação do Tema

No mundo globalizado, é crescente e imperiosa a necessidade de informações mais rápidas e precisas, conduzindo a várias mudanças, nomeadamente na área da contabilidade, já que qualquer entidade, quer seja micro, pequena, média ou de grande dimensão, deverá corresponder a esse nível de exigência. Esta mudança torna-se visível e concreta através da criação das normas internacionais de contabilidade.

A constante transformação da economia mundial e a pressão continuamente crescente dos investidores, torna inevitável e fulcral a implementação das normas internacionais de contabilidade. A internacionalização dos mercados, principalmente os mercados de capitais, tem aumentado significativamente o interesse pelos diferentes modelos contabilísticos. Para efetuar a captação de recursos, ou ter ações negociadas em mercados diferenciados, como o europeu, americano ou asiático, as empresas precisam de elaborar as suas Demonstrações Financeiras (DF) de acordo com o modelo aceite no mercado em que atuam.

A criação de uma linguagem contabilística comum é, pois, uma necessidade reconhecida a nível mundial, provocada pela globalização dos negócios, pelas atividades desenvolvidas pelas empresas e requerida por todas as partes interessadas (*stakeholders*). A falta dessa harmonização tem limitado, até certo ponto, a locação racional dos recursos económicos e financeiros nas empresas, fazendo com que os investidores tenham dificuldades em compreenderem o risco e rentibilidade das empresas, dificuldades que se refletem ao nível dos aferidores dos mercados de capitais. Por outro lado, a expansão dos mercados de capitais a nível global exige uma progressão quer da qualidade da informação financeira, quer do aumento de transparência, comparabilidade e rapidez na obtenção de dados, que podem ser conseguidos através da harmonização contabilística.

Sendo os ativos fixos tangíveis (AFT) um dos fatores mais determinantes na análise das DF das empresas, devido à crescente utilização de capital intensivo, esta investigação incidirá sobre o estudo desta rúbrica, em particular, já que se detetam divergências de tratamento contabilístico, conforme o modelo subsequente utilizado: modelo de custo ou modelo de revalorização.

A escolha deste tema é pois fundamentada nas referidas divergências no tratamento contabilístico. Apesar da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade poder providenciar a requerida normalização, são deixadas inúmeras opções em aberto, que resultam nas referidas diferenças (Nobes, 2006).

Esta escolha é ainda reforçada pela escassez de investigação científica sobre esta temática em Portugal (Demaria & Dufour, 2007); existem poucos artigos científicos publicados em língua portuguesa, visto que as revistas internacionais privilegiam artigos na língua internacional (i.e. inglês) e, em Portugal, há um défice de revistas científicas na área da contabilidade.

Neste sentido, torna-se importante a existência de novos contributos que permitam enriquecer a literatura existente neste campo, bem como, proporcionar a comparação com os resultados de estudos já realizados.

2. Motivação

A transição para as IAS/IFRS em 2005 na Europa fornece uma oportunidade única para estudar forças e fatores explicativos das práticas contabilísticas (Demaria e Dufour, 2007).

De acordo com Marques (2013), surgiram necessidades em termos de acreditação e confiança, que não são satisfeitas através da informação divulgada pelas Demonstrações Financeiras tradicionais. Daí resulta uma maior exigência imposta aos profissionais de contabilidade, que têm de ir ao encontro das necessidades manifestadas por todas as partes envolvidas, de todos os potenciais utilizadores da informação divulgada.

Neste contexto, a contabilidade tem como objetivo fornecer aos *stakeholders* informações úteis para a avaliação económica e financeira da entidade. Iucídibus (2010) destaca que uma das finalidades da contabilidade é a avaliação de desempenho de períodos passados, fornecendo paralelamente informações úteis para a tomada de decisões quer no presente, como no futuro.

Segundo Lopes, Cerqueira & Brandão (2010), inúmeras instituições internacionais estão a trabalhar na alteração dos relatos financeiros, visando melhorar a comparabilidade entre empresas de todo o mundo, essencialmente através da harmonização do quadro conceptual. Assiste-se atualmente a um aumento relativamente à adoção das IFRS a partir do IASB.

3. Objetivos e Questão de Investigação

Este estudo centra-se em identificar, conhecer, compreender e analisar o tratamento contabilístico dos AFT no que diz respeito a mensuração subsequente. Tanto a IAS 16 como a NCRF 7 e a NBC TG 27 contemplam dois modelos alternativos para relatar o valor dos AFT: o modelo do custo e o modelo de revalorização, cuja escolha se relacionará com as condições económicas e financeiras das empresas.

Assim, o objetivo deste estudo é, fundamentalmente, o de caracterizar os fatores que possam corroborar as opções contabilísticas por parte das 20 empresas cotadas em cada um dos dois mercados bolsistas em estudo, português e brasileiro, nos períodos entre 2010 e 2014 inclusive.

Uma vez que os anteriores normativos nacionais, português e brasileiro, se apoiavam no custo histórico, o estudo destas questões é relevante, no sentido de analisar a resposta das empresas portuguesas e brasileiras a um novo contexto normativo, que atribui maior ênfase à adoção do Modelo de Revalorização no relato financeiro.

A partir deste objetivo central da investigação que nos propomos prosseguir, traçamos objetivos mais específicos, sustentados em diferentes autores referidos na revisão de literatura, que a seguir se enunciam:

Q1: A opção pelo modelo de mensuração subsequente escolhido está relacionada com o nível de endividamento?

Q2: Existe uma relação entre a dimensão da empresa cotada e a escolha feita pela mesma relativamente ao modelo de mensuração subsequente?

Q3: Qual o efeito da rentabilidade das empresas sobre a adoção do Modelo de Revalorização?

Q4: Será que as empresas portuguesas tendem a adotar menos a mensuração pelo Modelo de Revalorização pela cultura mais prudente que caracteriza o modelo Continental Europeu?

Mediante as questões identificadas, o foco desta investigação incide sobre as principais características empresariais que podem condicionar a escolha pela base de mensuração do Modelo de Revalorização.

4. Metodologia

Neste trabalho e, de acordo com os objetivos definidos anteriormente, será utilizado o método dedutivo, que enfatiza que se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira. Quanto ao tipo de metodologia será utilizada a análise quantitativa, para apurar o comportamento das principais empresas do mercado acionista, aferindo como estão a lidar com as opções das escolhas contabilísticas. Visto que os dados utilizados no estudo serão os valores das rubricas selecionadas na amostra, analisando as demonstrações financeiras das empresas portuguesas e brasileiras mais representativas com títulos negociados na Bolsa de Lisboa – *New York Stock Exchange* (NYSE), NYSE Euronext Lisbon no caso português e no que diz respeito ao brasileiro a BMF&Bovespa, assim para a verificação das hipóteses é recolhida informação e posterior análise dos resultados obtidos.

5. Estrutura do Trabalho

A presente dissertação, após a introdução sumária, está estruturada em quatro capítulos:

No primeiro capítulo apresentamos o enquadramento teórico, através de revisão de literatura e análise normativa, como segue:

1. Contextualização do panorama Internacional: Normalização e harmonização contabilística na Europa;
2. Processo de convergência.
3. Panorama contabilístico europeu, bem como análises mais particularizadas nos contextos dos países em estudo, Portugal e Brasil;

O segundo capítulo incidirá sobre o tratamento contabilístico dos AFT. Iniciando-se com os conceitos e definições indispensáveis à sua identificação, prossegue-se com a determinação do seu valor e relevação contabilística, desde o reconhecimento inicial à mensuração subsequente. Serão ainda explanadas as características de cada um dos métodos valorimétricos em estudo, isto é, do modelo do custo e do modelo de Revalorização.

No terceiro capítulo são definidos os objetivos deste estudo em que se explica a metodologia utilizada para a prossecução dos objetivos. Contemplará a análise dos resultados obtidos onde serão apresentados e discutidos os resultados do estudo, que permitirão identificar os fatores determinantes do modelo de mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis.

Por fim, no quarto capítulo, são apresentadas as conclusões, sendo ainda identificadas as limitações inerentes a esta investigação e perspetivadas sugestões para investigações futuras.

1. Preliminar

Começamos por traçar um enquadramento teórico, baseado em revisão de literatura, sobre as Normas Contabilísticas Internacionais e sua evolução.

2. Breve contextualização do Panorama Internacional do Processo de Harmonização Contabilística

Foram criados organismos harmonizadores de carácter público e privado, ao nível regional e mundial. Neste estudo é relevante abordarmos o *International Accounting Standards Board* (IASB). Para dar resposta ao problema da diversidade de sistemas contabilísticos no mercado global foi criado o (IASC) *International Accounting Standards Committee*, em 1973, que deu origem em 2001 ao IASB, organismo que atualmente inclui mais de 140 membros, em mais de 100 países (Alves & Antunes, 2010).

O IASB, sucessor do IASC, é o órgão que tem papel de grande importância no processo de harmonização, sendo uma de suas competências a melhoria da convergência das normas de contabilidade a nível internacional. Formado por membros de vários países, o IASB é um organismo independente que tem como competência o desenvolvimento de normas compreensíveis e de alta qualidade através de informações que vão de encontro aos padrões da contabilidade.

Diversos organismos internacionais estão envolvidos no processo que prossegue a harmonização da Contabilidade entre os países. Neto, Dias & Pinheiro (2010) destacam o empenho do *International Accounting Standard Board* (IASB), do *International Federation of Accounting* (IFAC), do *International Organization of Securities Commission* (IOSCO), das Nações Unidas, da União Europeia e do *Financial Accounting Standards Board* (FASB) na promoção e adoção das normas de contabilidade internacionais em todo o mundo.

No contexto deste novo sistema de normalização contabilística, sendo utilizadas as normas IAS (*International Accounting Standards*), que em Portugal eram conhecidas pelas NIC (Normas Internacionais de Contabilidade), permitia-se que as empresas operassem nos mercados internacionais, teoricamente sem limites, com uma maior abrangência. (Alves & Antunes, 2010).

As normas internacionais de contabilidade apelidadas de IAS, atualmente são conhecidas como IFRS. Emitidas pelo IASB, estas normas são baseadas em princípios e não em regras específicas (IFRS, 2015). O IASB tem uma função normalizadora, emite normas internacionais de contabilidade através do padrão (IFRS) *International Financial Reporting Standards* (IFRS, 2015).

De acordo como o estudo realizado por Alves & Antunes (2010) com a criação das NIC o IASC/IASB visou atingir três objetivos fundamentais:

- O desenvolvimento de um sistema de normas contabilísticas, que seja compreensível, comparável e aplicável globalmente, que prime pela alta qualidade das suas normas;
- Promover o uso e a rigorosa aplicação das normas contabilísticas a nível global;
- Atingir a convergência entre todas as Normas de Contabilidade (Nacionais e Internacionais), a nível global.

Em 2002, a União Europeia adotou uma medida que representou um marco no processo de convergência às normas internacionais. A partir de 2005, às empresas cotadas, sediadas nos países membros, passou a exigir-se, obrigatoriamente, a apresentação das suas demonstrações consolidadas, conforme as normas internacionais de contabilidade do IASB (Calixto, 2010).

Por um lado o processo de harmonização contabilística está longe de ser um processo consensual (Alves & Antunes, 2010). Muitos países adotaram as NIC a partir de janeiro de 2005 e outros a partir de 2007.

Embora o IASB tenha como principal objetivo o desenvolvimento de normas de alta qualidade, que sejam exigidas e aceites globalmente, aperfeiçoando a divulgação financeira e o funcionamento dos mercados, o processo de harmonização das normas implica uma reflexão mais profunda do que simplesmente a mudança de normas orientadoras sobre o reconhecimento, a classificação, a mensuração e a divulgação de acontecimentos económicos (Niyama *et al.*, 2010).

A Comissão Europeia (CE) ao criar as normas harmonizadoras promoveu a harmonização das legislações de diferentes países da UE, que foram obrigados a inseri-las na legislação nacional, mediante os mecanismos considerados como os mais adequados.

Face à contextualização, analisar a norma do IASB que estabelece o tratamento contabilístico proporcionará aos utilizadores consideráveis informações sobre a realidade económica e financeira da entidade, menorizando eventuais erros na sua aplicabilidade.

A seguir faremos uma breve contextualização da normalização e harmonização contabilística na Europa, Portugal e Brasil.

2.1. A normalização e harmonização contabilística na Europa

Ambos os processos procuram a redução da diversidade contabilística sendo que a **Normalização** visa a uniformidade, a aplicação rígida das normas e a homogeneidade das práticas contabilísticas, enquanto a **Harmonização** pretende o aumento da comparabilidade da informação financeira e das práticas contabilísticas, assentando na flexibilidade relativa (Guerreiro, 2006).

Segundo Alves & Antunes (2010) citado por (Giner e Mora, 2001; Fontes *et al.* 2005) o processo

de Harmonização Contabilística na Europa pode ser dividido em três fases:

- Uma primeira fase, de âmbito institucional, marcada pela promulgação de diretivas e adaptação às mesmas;
- Uma segunda etapa que se caracteriza pela globalização da economia, pelo acordo IASB-IOSCO e pela nova estratégia da Comunidade Europeia.
- Uma terceira etapa marcada pela moeda única e pelo Mercado de Capitais Europeu. A adoção da moeda única marcou a terceira fase que ficou também associada à criação da Bolsa de Valores Europeia, que mais tarde viria a ser conhecida como Euronext.

A CE tinha como objetivo eliminar os paraísos fiscais e eliminar a concorrência, criando um mercado único. Para o efeito, a CE emitiu Diretivas que afetam a informação contabilística na UE:

- 1978: Diretiva 78/660/CEE, de 25-07 – Quarta Diretiva - Contas Anuais de certas formas de sociedades;
- 1983: Diretiva 83/349/CEE, de 13-06 – Sétima Diretiva - Contas Consolidadas;
- 1986: Diretiva 86/635/CEE, de 08-12 - Contas Anuais e Consolidadas dos Bancos;
- 1991: Diretiva 91/674/CEE, de 19-12 - Contas Consolidadas das Empresas de Seguros;
- 2001: Diretiva 2001/65/CEE, de 27-09 – Diretiva do JV - Regras de Valorimetria.

Em suma, a atuação da harmonização contabilística na Europa superará os novos desafios no futuro e, atualmente, evidencia melhorias significativas (Alves & Antunes, 2010).

2.2. O Processo de Convergência das Normas de Contabilidade às Normas Internacionais

A colaboração entre a UE e o IASB, na sequência deste longo percurso empreendido pelos intervenientes na busca da harmonização contabilística, estreitou a relação tornando-os dominantes na emissão de normas consistentes e de elevada qualidade. Neste contexto insere-se o forte impacto com a introdução do Regulamento 1606/2002, que preconiza, para as empresas cotadas, a obrigatoriedade de prepararem as suas demonstrações financeiras de acordo com as IAS/IFRS. A obrigatoriedade visa impedir discrepâncias que possam persistir entre os normativos vigentes entre diferentes países e o normativo internacional.

A Contabilidade enquanto ciência social está sujeita às grandes influências do ambiente em que atua, sendo que as práticas contabilísticas são fortemente afetadas pelos valores culturais, tradição histórica, estrutura política, económica e social. Dessa forma, os sistemas de contabilidade diferenciam-se de acordo com o conjunto de leis, filosofias, procedimentos e objetivos de cada país (Niyama *et al.*, 2010).

Dessa forma, a ausência de coerência das normas e procedimentos contabilísticos compromete a comparabilidade e percebe-se, diante de tais diferenças, a existência de critérios divergentes e próprios para reconhecer e mensurar um mesmo fato relatado nas informações apresentadas através das demonstrações financeiras (Avelino *et al.*, 2010).

No entanto, a relevância na expansão das relações comerciais e internacionais no cenário globalizado, a necessidade de investimento e o avanço tecnológico que permite fácil acesso à informação, exigem uma linguagem comum entre os países, estabelecendo padrões de contabilidade uniformes (Niyama *et al.* 2010).

No parecer de Leite (2002), o processo de harmonização manifesta conflitos de interesses relevantes entre os organismos contabilísticos e os países que, no processo de fixação de normas contabilísticas internacionais, visam o processo de harmonização internacional da contabilidade. Não obstante, perante a globalização, a padronização da contabilidade entre os países/mercados torna-se inevitável, de modo que passem a ser utilizadas normas transparentes e comparáveis em todo o mundo.

Entenda-se por **Harmonia:**

“Um estado em que existe um certo grau de coordenação entre dois ou mais assuntos” (Van der Tas, 1992, citado por Rodrigues e Guerreiro, 2004).

A harmonização das normas de contabilidade é importante, tendo em vista que, diante da mundialização dos mercados, os negócios não ficam circunscritos aos limites de um país. Considerando que as multinacionais estão incluídas nesse âmbito, é importante destacar-se que a participação dessas empresas a nível internacional vai além das transações com as suas filiais, pois inclui também os investimentos através da disponibilidade de ações a serem negociadas em bolsa de valores de todo o mundo (Lopes, Cerqueira & Brandão, 2010).

A harmonização visa facilitar a comunicação e comparabilidade das informações a fim de minimizar as diferenças entre os países, assistindo-se ao exercício de um conjunto de esforços para que os procedimentos contabilísticos sejam harmonizados (Niyama *et al.*, 2010).

A harmonização das normas contabilísticas é pois uma questão principal numa economia global, pois permite a comparação de desempenho das empresas a nível mundial, ajudando nas decisões sobre investimentos de capital (Lopes *et al.*, 2010). Para Guerreiro (2006) a harmonização contabilística pode ser caracterizada como o processo que visa reduzir as diferenças na prática contabilística aplicada em diversos países, com o objetivo de haver comparabilidade da informação financeira, propiciando aos utilizadores uma maior percepção das informações financeiras.

Para Carlson (1997) citado por Lopes *et al.* (2010), conotações várias, como as afinidades

históricas, comerciais e a proximidade linguística beneficiam o estudo acerca da harmonização. Todavia, as práticas contabilísticas variam de país para país, nomeadamente o sistema contabilístico, a cultura, o comportamento, a tecnologia e outros aspetos (Costa *et al.* 2013).

A informação financeira é um instrumento essencial no apoio à tomada de decisão, uma ferramenta fundamental na transmissão de informação sobre a empresa e de comunicação entre a empresa e os demais utilizadores (Rosa, 2013).

As empresas visam sobretudo promover uma eficiente afetação de capitais, mas as normas internacionais preveem tratamentos contabilísticos alternativos para determinadas operações (Nobes, 2006). Esta versatilidade permite aos gestores efetuar escolhas, que tendem a não ser neutras, possibilitando a melhor adaptação à gestão dos resultados prosseguidos, ao desenvolvimento económico, à internacionalização das empresas entre outros parâmetros.

As normas contabilísticas podem ser relatadas através das Demonstrações Financeiras estabelecendo limites que possam existir. (Guerreiro, 2006).

O uso obrigatório das IFRS para as demonstrações consolidadas das sociedades cotadas na UE e em outros lugares, bem como a convergência das IFRS com US GAAP, pode implicar o fim da "contabilidade internacional" como um importante campo de estudo. No entanto, existem motivos para as diferenças internacionais, nas práticas contabilísticas levadas a cabo, que poderão tornar-se em oportunidades (Nobes, 2006).

Embora o IASB sugira a adoção do modelo de Revalorização no relato financeiro para as empresas, nesta investigação é nosso objetivo avaliar o(s) método(s) de mensuração utilizados, bem como a eventual correlação com diversos fatores determinantes, que conduzam a empresa à decisão pela adoção de determinado método.

2.3. As IFRS

Esta secção tem por objetivo fundamental demonstrar a importância da adoção das IFRS e identificar a relevância da mesma em Portugal e no Brasil, baseando-nos em vários estudos realizados por diversos autores.

2.3.1. A importância da adoção das IFRS na UE

De forma que nos inteiremos da importância da adoção das Normas Internacionais, segue-se uma breve contextualização onde investigadores a nível mundial estudaram o impacto da adoção das IFRS e a convergência com as normas nacionais. Parece consensual o aumento de legitimidade e importância do IASB, mediante a decisão da UE de tornar obrigatório que todas as empresas cotadas elaborassem as contas consolidadas com base em IFRS, a partir de 2005 (Larson & Street, 2004).

Após a emissão do Regulamento N.º 1606/2002 da Comissão Europeia, que determina a adoção das IFRS pelas empresas cotadas dos Estados membros a partir de 2005, o *Committee of European Securities Regulators* (CESR) emitiu uma Recomendação, encorajando a divulgação de informação quantitativa nas suas demonstrações financeiras de 2004 (Guerreiro, 2008).

Segundo Costa *et al.* (2013), de forma a haver coerência entre as normas internacionais e, para que a comparabilidade possa ser garantida, os termos utilizados nos diversos países deverão ser generalizados, reduzindo tanto quanto possível a sua tradução.

Diante deste fato, foi efetuada uma análise por Guerreiro (2008) às empresas portuguesas cotadas, para aferir se as mesmas terão seguido a Recomendação do CESR, relacionando as características dessas empresas com as que apresentaram maiores níveis de divulgação. As conclusões do autor foram que apenas uma minoria de empresas seguiu a Recomendação, enquanto a maioria optou por fornecer informação qualitativa sobre o impacto das IFRS. Verificou ainda que as empresas de maior dimensão, maior nível de internacionalização, auditadas por empresas multinacionais de auditoria e com menores rácios de endividamento, apresentaram melhores níveis de divulgação.

Neste contexto, Lourenço & Morais (2004) identificou o impacto do processo de transição para as normas do IASB pelas empresas portuguesas cotadas em bolsa e sujeitas às Diretrizes Contabilísticas, em conformidade com as normas do IASB: - as áreas sujeitas a alteração estavam relacionadas com investimentos em associadas, imparidades de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis, instrumentos financeiros e tratamento contabilístico das concentrações de negócios.

Na senda de determinarem a consecução da convergência ou impedimentos nesse sentido, Larson & Street (2004) desenvolveram um estudo empírico, investigando 17 países europeus, diretamente afetados pela decisão da UE, incluindo os novos estados membros, países candidatos à UE, países do Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça. Constataram que todos os países pesquisados exigem (ou permitem) que as empresas cotadas possam elaborar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, sendo os impedimentos mais significativos identificados, os seguintes:

- a natureza complexa e particular das IFRS (incluindo os instrumentos financeiros);
- a fiscalidade de cada contabilidade nacional (sendo diferenciada);

Para Lopes *et al.* (2010) verifica-se uma melhoria de informação contabilística nas empresas da UE que seguem as IFRS. No entanto, as IFRS deveriam essencialmente melhorar a comparabilidade, a harmonização e, sobretudo, a prevalência dos princípios determinantes. Assim, concluem que o efeito da adoção das IFRS nessas empresas se revelou negativo, já que aquelas características são preteridas a favor da qualidade, mesmo após 2005, ano em que as IFRS se tornaram obrigatórias.

Demonstram ainda os mesmos autores que a qualidade da contabilidade não melhora apenas porque a adoção das IFRS é obrigatória, já que nas empresas europeias que não são membros da UE, e que adotam as IFRS, apresentam igualmente melhoria da qualidade de relato financeiro. Estes resultados reforçam as preocupações quanto à flexibilidade e aplicabilidade da IFRS.

Idêntica investigação foi conduzida por Callao *et al.* (2007) que analisaram em Espanha o índice Ibex-35. À semelhança das conclusões do estudo de Lopes *et al.* (2010), estes apuraram idêntico efeito negativo na consecução da comparabilidade que deveria surgir com a adoção das IFRS nas normas espanholas. No entanto, embora não tenha havido nenhum ganho em termos de a utilidade da informação financeira no curto prazo, a melhoria da utilidade pode ser alcançada a médio e longo prazo.

Foram mais além Jermakowicz & Gornik-Tomaszewski (2006) ao analisar a implementação das IFRS pelas empresas da UE, indicando que a maioria dos entrevistados declararam ter adotado as IFRS não meramente para fins de consolidação; que o processo é dispendioso, complexo e oneroso; as empresas não esperam baixar o seu custo de capital através da implementação de IFRS; tendem a concordar com os benefícios e custos da transição; as empresas esperam aumento da volatilidade nos resultados financeiros; a complexidade das IFRS, bem como a falta de orientação de implementação e interpretação uniforme são os principais desafios em convergência; e a maioria dos entrevistados não iria adotar IFRS se não fosse exigido pelo regulamento da UE.

Por outro lado, há autores que encontraram explicações para a adoção voluntária das IFRS. Guerreiro *et al.* (2012) apresentaram novos argumentos teóricos, baseados em eficácia económica, para explicar como pressões institucionais influenciam as decisões de adotar as IFRS voluntariamente: - as empresas num país de sistema legal baseado no Direito Romano estão dispostas a mudar, a partir de um código de direito lógico institucional, para uma lógica institucional da lei comum (*Common Law*) se considerarem que tal mudança se traduzirá em benefícios positivos.

As empresas consideram os benefícios líquidos da mudança depois de avaliarem a legitimidade que possam alcançar com as IFRS, a consistência com os seus objetivos estratégicos, com o seu contexto institucional, admitindo alguma perda de autonomia que eles acreditam ser suscetível com a adoção das IFRS (Guerreiro *et al.*, 2012).

Contrariamente ao esperado, a anuência voluntária das empresas às IFRS não surge como uma resposta cega às exigências institucionais, mas é largamente previsível em virtude da própria natureza e importância dessas pressões institucionais. Embora possam prevalecer lógicas institucionais, a adoção das IFRS também pode ocorrer no sentido da implementação de estratégias mais ativas (Guerreiro *et al.*, 2012).

Na sequência da adoção de Portugal e do Brasil às normas internacionais, como afirma Costa *et al.* (2013) torna-se indispensável analisar as causas e efeitos produzidos por estas mudanças, pese embora que adaptar-se “às IFRS representa mais do que uma obrigatoriedade. É uma grande oportunidade de se integrar na nova linguagem internacional da contabilidade” (Deloitte, 2008).

Em suma, a adoção das IFRS aporta qualidade e relevância das informações para o mercado de capitais, para os países de um modo geral. Além da qualidade da informação financeira, há também lugar para uma interpretação mais consolidada e fidedigna.

Assim, em conformidade com a temática deste estudo, passamos a apresentar um breve enquadramento contabilístico Europeu, para podermos de seguida contextualizar do impacto da adoção das Normas Internacionais em Portugal e no Brasil, países sobre os quais incide a nossa investigação em particular.

3. Enquadramento Contabilístico Europeu. Impacto da adoção das Normas internacionais em Portugal e no Brasil.

“A Contabilidade, enquanto sistema de informação das unidades económicas, está vinculada ao seu meio envolvente, refletindo um conjunto de valores, sistemas políticos, económicos e jurídicos, com os quais está enquadrada” (Rodrigues & Guerreiro, 2004).

A nível mundial inúmeras instituições estão a trabalhar na qualidade do relato financeiro para melhorar a comparabilidade entre as entidades de diferentes países (Lopes *et al.*, 2008; Gonçalves *et al.*, 2014) e o IASB conduz que as IFRS visam fornecer informações contabilísticas fidedignas “livres de vícios, no qual prevalece a essência sob a forma” (Gonçalves *et al.*, 2014).

De acordo com o Regulamento CE nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 (CE, 2002) “para assegurar a competitividade dos mercados de capitais europeus, é importante que se realize a convergência das normas utilizadas na Europa para a elaboração das demonstrações financeiras com as normas internacionais de contabilidade, as quais são suscetíveis de uma utilização a nível mundial, tanto para a realização de operações transfronteiras como para a admissão à cotação no estrangeiro.”

Diante deste fato este regulamento tem como “objetivo de contribuir para um melhor funcionamento do mercado interno, as sociedades cujos títulos são negociados publicamente devem aplicar um único conjunto de normas internacionais de contabilidade de elevada qualidade, para efeitos da elaboração das respetivas demonstrações financeiras consolidadas. Além disso, importa que as normas em matéria de apresentação de informações financeiras aplicadas pelas sociedades da Comunidade que participam nos mercados financeiros sejam aceites internacionalmente e constituam normas aplicáveis verdadeiramente a nível mundial. Tal implica um aumento da convergência das normas e regras de contabilidade utilizadas atualmente a nível

internacional, com o objetivo último de criar um conjunto único de normas de contabilidade aplicáveis a nível mundial.”

Este regulamento indicava ainda que “para se poder adotar uma norma internacional de contabilidade com vista à sua aplicação na Comunidade é necessário...que a sua aplicação apresente de forma verdadeira e fiel a situação financeira e os resultados obtidos por uma empresa”... “a cerca das contas consolidadas em relação a cada exercício financeiro com início em ou depois de 1 de Janeiro de 2005, as sociedades regidas pela legislação de um Estado-Membro devem elaborar as suas contas consolidadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.”

Enfatiza este regulamento que “para facilitar a troca de opiniões e permitir que os Estados-Membros coordenem as suas posições, a Comissão deverá informar periodicamente o Comité de Regulamentação Contabilística sobre os projetos em curso, os documentos de debate, as sínteses relativas a questões pontuais e os projetos sobre riscos elaborados pelo IASB, bem como sobre o trabalho técnico posteriormente desenvolvido pelo Comité Técnico Contabilístico.”

Destacou-se (Marques & Alves, 2012) a importância que este regulamento adotou sendo que “as normas internacionais de contabilidade adotadas deviam ser publicadas em todas as línguas oficiais da Comunidade na íntegra.”

Compreendido o contexto Europeu em que se desenvolveu a harmonização contabilística, segue-se o enquadramento português e brasileiro.

3.1. Em Portugal

O sistema contabilístico de Portugal insere-se no conjunto de países de influência continental europeia que se caracteriza por assentar numa estrutura baseada no Direito Romano, pelo qual as leis se fundamentam em ideias de justiça e moralidade, estabelecendo regulações muito detalhadas. Em Portugal, verifica-se forte influência da fiscalidade na contabilidade, sendo que para os princípios contabilísticos serem válidos é necessário que tenham expressão legal (Rodrigues & Guerreiro, 2004).

Na sequência do Regulamento n.º 1606/2002, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) elaborou em 2003 o Projeto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística Nacional (CNC, 2003), no qual propõe a aplicação do normativo do IASB às restantes empresas não abrangidas pelo regulamento. Em Portugal, a CNC é o organismo oficial de normalização e harmonização e depende financeira e administrativamente do Ministério das Finanças.

Destaca-se que a UE impôs a todas as empresas cotadas a publicação das suas divulgações financeiras com recurso às IFRS, emanadas pelo IASB, a partir de 01 de janeiro de 2005, visando

aumentar a eficiência do mercado financeiro europeu (Cordeiro *et al.* 2007).

Em Portugal o Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, transpondo o Regulamento (CE) 1606/2002, estabelece a obrigatoriedade de adoção das *International Accounting Standards* e *International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS) desde que as empresas estejam cotadas à data do balanço, passando a exigir-se a elaboração das contas consolidadas de empresas com valores mobiliários negociados em mercados regulamentados. Este diploma, no seu artigo 1º define que o seu objetivo é “a adoção e a utilização das normas internacionais de contabilidade na Comunidade, com vista a harmonizar as informações financeiras apresentadas pelas sociedades, por forma a assegurar um elevado grau de transparência e de comparabilidade das demonstrações financeiras e, deste modo, um funcionamento eficiente do mercado de capitais da Comunidade e do mercado interno”.

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC), baseado em NCRF – Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, que refletem os conteúdos das normas internacionais adotadas pela UE, dando seguimento ao Projeto da CNC atrás referido, aprovou, em Julho de 2007, o novo SNC aplicável às empresas não financeiras, que substituiu do anterior Plano Oficial de Contas (POC) e demais legislação complementar, que entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O SNC foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, que revogou o Plano Oficial de Contabilidade, as diretrizes contabilísticas e as interpretações técnicas publicadas até 31 de dezembro de 2009. O SNC tem por base as normas do IASB (Alves & Antunes, 2010).

O SNC corresponde pois a um modelo baseado nas normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) adotadas na União Europeia, pretendendo garantir a compatibilidade com as Diretivas Contabilísticas Comunitárias; existem assim 28 NCRF e 2 Normas Interpretativas (NI) (Monteiro & Mota, 2009).

Uma vez que este modelo preconiza a adaptação às diferentes necessidades de relato financeiro, foi criada a NCRF-PE 1, especificamente para as PME, que caracterizam o tecido empresarial português e que apresentam necessidades de relato mais reduzidas, onde são tratadas, com as devidas adaptações, matérias de 18 das 28 NCRF (Monteiro & Mota, 2009).

As empresas portuguesas tiveram cerca de oito meses para se preparar para a transição. As empresas listadas foram autorizadas pelo citado Decreto-Lei a aplicar as IFRS¹ a partir de 2010 nas demonstrações financeiras não consolidadas (Guerreiro *et al.*, 2012).

O processo de normalização contabilística em Portugal pode ser decomposto em quatro grandes

¹ As IFRS eram obrigatórias desde 2005 na preparação das demonstrações financeiras consolidadas (Guerreiro *et al.*, 2012)

fases:

- A primeira fase, de 1976 até 1988, que se caracteriza pela criação da Comissão de Normalização Contabilística e pela aprovação do primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC), através do DL 44/77 de 7 de Fevereiro;
- A segunda fase, de 1989 até 1991, que se caracteriza pela obrigatoriedade de ajustamento dos normativos nacionais às IV e VII Diretivas Comunitárias, na sequência da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986;
- A terceira fase, de 1992 até 2004, que se caracteriza pela publicação de Diretrizes Contabilísticas (DC) preparadas pelo CNC, muitas das quais denotam uma aproximação às IAS emitidas pelo IASB;
- A quarta fase, a partir de 2004, que se caracteriza pela adoção das normas do IASB, em substituição da legislação portuguesa, inicialmente circunscrita às empresas cotadas em bolsa e que apresentam demonstrações financeiras consolidadas.

Em suma pode-se concluir que a evolução que ocorreu no sistema contabilístico português foi orientada para a harmonização internacional, cuja base assenta nas normas internacionais emitidas pelo IASB (Rodrigues & Guerreiro, 2004).

Os Organismos de Normalização em Portugal são: a Comissão de Normalização Contabilística (CNC); Banco de Portugal (BDP); o anterior Instituto de Seguros de Portugal (ISP) atualmente designado Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM); e, no âmbito restrito da Contabilidade Analítica, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

3.1.2. Algumas considerações sobre o processo de transição

Mediante o facto da busca da harmonização contabilística, diversos autores portugueses investigaram o impacto do processo de transição para as IFRS.

Em relação à transição para o SNC, normativo baseado nas normas do IASB, Bandeira *et al.* (2008) num estudo comparativo referiram “que o SNC não se afasta muito do POC, no tratamento dos ativos fixos tangíveis. Tal constatação deve-se ao facto deste último ter vindo a sofrer influências anglo-saxónicas nas suas várias alterações e o SNC se basear nas normas internacionais de contabilidade adaptadas pela UE. No entanto, trata-se de um sistema não só mais completo como também mais complexo do que o POC, contemplando numa só norma, todas as disposições gerais... e remetendo para outras normas o tratamento de situações específicas”.

Neste mesmo contexto Pinheiro *et al.* (2013) mencionam que os impactos e implicações causados pela transição do normativo contabilístico neste processo de harmonização e acerca da perceção

dos preparadores da informação sobre a mudança de referencial contabilístico, reconhecem um conjunto de vantagens em Portugal, mas consideram que o novo normativo não se adequa à realidade nacional.

Sendo as demonstrações financeiras a forma privilegiada de informar os interessados sobre posição económica e financeira das entidades económicas, Oliveira *et al.* (2010) afirmam que é normal que estas sejam objeto de constante preocupação quanto à melhoria de informação a produzir. As alterações na transição do POC para o SNC nesta matéria foram significativas e em grande número, tendo tido um grande impacto na forma de pensar e agir contabilisticamente.

De salientar que as DF no SNC são mais informativas: - as entidades económicas proporcionam informação adicional acerca da sua origem, no anexo, através da correspondência com o número da nota daquele documento que está associado.

Igualmente de relevo alguns aspetos do sistema contabilístico português que é geralmente caracterizado pela estreita relação existente entre a contabilidade e a fiscalidade, pela proeminente influência de organismos públicos em detrimento de organismos profissionais, pela circunstância da principal fonte de financiamento das empresas ser o financiamento bancário e pelo facto do estado ser um dos principais utilizadores da informação financeira (Lourenço & Morais, 2004).

Neste sentido, o processo de transição para as normas do IASB, em Portugal, impacta essencialmente nas áreas relacionadas com inventários, investimentos em associadas, imparidade de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis, instrumentos financeiros e tratamento contabilístico das concentrações de negócios (Lourenço & Morais, 2004).

Em Portugal, o SNC conduz à melhoria da qualidade da informação financeira, facilita a comparabilidade e a sua utilização pelos supervisores e reguladores. O SNC visando suprir a necessidade de normalização contabilística comunitária, substitui o POC, atualizando um documento normativo que tardava em conhecer atualizações que acompanhassem as novas realidades económicas (Oliveira *et al.*, 2010).

Em síntese, vários autores citados reconhecem que o novo normativo conduz a um conjunto de vantagens em Portugal, mas consideram que não se adequa à realidade nacional; as alterações são significativas e numerosas, com impactos importantes na forma de pensar e agir contabilisticamente, sendo dignas de nota as DF, dado que divulgam as informações mais relevantes e consolidadas da empresa.

Neste sentido, com base na revisão da literatura efetuada, o saldo é positivo acerca do impacto na adoção das normas internacionais em Portugal.

3.2. No Brasil

No Brasil de uma forma geral, a cultura normativa que prevalece é a do *rules-oriented*, cuja origem advém da tradição do Direito Romano, sendo as regras mais detalhadas. Dadas as alterações e evolução permanente do contexto económico e legal, estas regras exigem constante atualização. Neste contexto, o sistema contabilístico brasileiro assemelha-se ao sistema contabilístico português, mencionado por Silva *et al.* (2011).

Para adequar a sua contabilidade às normas internacionais, o Brasil criou em 2005 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio da Resolução CFC nº 1.055/05, com o objetivo de estudar e preparar a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre os procedimentos da Contabilidade e a divulgação de informações, permitindo a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira (CPC, 2005).

De acordo com o Lei 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei 6404/76, “o objetivo principal é possibilitar o processo de harmonização das práticas contabilísticas adotadas no Brasil, com as IFRS, aplicáveis a empresas de grande dimensão².

O CPC foi concebido “pelos principais membros das áreas académica, governamental e da iniciativa privada com o intuito de permitir avanços concretos em direção à modernização das normas e práticas contábeis brasileiras” (Antunes *et al.*, 2012) sendo formado pelas entidades (ABRASCA) - Associação Brasileira das Companhias Abertas; (APIMEC) Associação Nacional dos Analistas e Profissionais de Investimento de Mercado de Capitais; (BOVESPA) Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo atual (BMF&FBovespa S.A.); (CFC) Conselho Federal de Contabilidade; (FIPECAFI) Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras e (IBRACON) Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Apesar de sua atuação ser independente, o CPC também interage com representantes que atuam de forma ativa nas reuniões, mas sem direito a voto nos órgãos: (CVM) Comissão de Valores Mobiliários; (BACEN) Banco Central do Brasil; (FEBRABAN) Federação Brasileira de Bancos; (SRFB) Secretaria da Receita Federal do Brasil; (SUSEP) Superintendência de Seguros Privados.

É de salientar que, antes da criação do CPC, o Brasil era regulado por diversas entidades tais como CFC, BACEN e CVM que emitiam as suas próprias normas, ou seja, observavam-se diferenças significativas dos conteúdos entre as normas. Portanto, o CPC, além de promover a convergência de todas as normas contabilísticas brasileiras (Oliveira *et al.*, 2011).

É possível identificar pelo menos duas fases no processo de normalização/harmonização contabilística no Brasil:

² Empresa de grande dimensão “é a empresa ou grupo de empresas, cujo ativo total é maior que R\$ 240.000.000,00 ou a receita bruta anual ultrapassa R\$ 300.000.000,00” (Consultoria, 2012).

- A Primeira fase, em que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passou a exigir das empresas cotadas após a aprovação da Lei nº 11.638/07 a adequação de algumas normas IFRS para o exercício de 2008.
- A Segunda fase, em que a CVM determina a convergência completa para o exercício de 2010.

Essas fases de transição resultaram em três normativos sendo as Normas contabilísticas brasileiras (BR GAAP) regidas pela Lei nº 6.404/76; Normas da primeira fase de transição para IFRS, regida pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 (conversão em Lei da Medida Provisória nº 449/08); CPC's 01 a 46; e a adoção completa das normas IFRS, mais tarde após sua criação o CPC passou a emitir Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas harmonizáveis com as NIC emitidas pelo IASB. Os novos Pronunciamentos Técnicos antes de serem aprovados passam por amplo processo de Audiência. Após sua aprovação, os mesmos passam a ter aplicação obrigatória por força da emissão de ato do Conselho Federal de Contabilidade e de cada Agência Reguladora, incluindo CVM e BACEN (Oliveira *et al.*, 2011).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no ano 2011, através da Resolução CFC 1.329/2011 altera a sigla e a numeração de normas, interpretações e comunicados técnicos, sendo que a norma citada foi editada pelo CFC através da Resolução CFC n.º 1.328/2011 que altera a estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade e adota novas siglas e numerações para normas, interpretações e comunicados pela sigla (NBC TG) Norma Brasileira de Contabilidade na qual NBC-T Normas Técnicas, NBC-IT Interpretações Técnicas e NBC-CT Comunicados Técnicos e NBC-P Normas Profissionais. As normas aprovadas pela Resolução CFC n.º. 1.328/11 foram renumeradas para se ajustarem à nova estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Nesse contexto, face as alterações implementadas e, em conformidade com a temática que será tida em conta neste trabalho, a norma que neste estudo será abordada também sofreu alteração de NBC 19.6 para NBC TG 27.

Em suma, os fatos e a evolução do sistema contabilístico brasileiro não incluem somente a mudança das políticas contabilísticas, mas também os impactos produzidos sobre toda a organização, incluindo os sistemas de informação, essenciais à preparação das Demonstrações financeiras e ao desempenho das funções de interpretação para determinação do procedimento a ser aplicado (Silva et al.,2011).

3.2.1. Algumas considerações sobre o processo de transição

A contabilidade no Brasil atravessa modificações. De fato, as alterações sentidas verificaram-se nos princípios contabilísticos praticados, porque a contabilidade percebida como o principal sistema de informação das entidades que propicia condições para se realizar o controle do

patrimônio e avaliar os seus desempenhos, não mudou. (Antunes *et al.* 2012).

Esse movimento de convergência traz uma série de vantagens, mas também muitos desafios. A mudança deve-se essencialmente à necessidade de harmonização contábilística com os países mais desenvolvidos, designadamente à exigência da UE, em 2005, para que todas as empresas cotadas elaborassem contas consolidadas com base nas IFRS (Deloitte, 2008).

Gonçalves *et al.* (2014) mencionam que “a citada lei não significou, exatamente, adoção das normas internacionais, mas um marco inicial para o processo de convergência e início da adoção dos novos padrões na contabilidade brasileira,” “o Brasil foi além dos demais países, pois adotou as IFRS tanto nas DF consolidadas, quanto nas individuais.”

Gonçalves *et al.* (2014) também investigaram o impacto do processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Relevam a importância das informações contábilísticas para as empresas de capital aberto, evidenciando resultados que aferem essa importância sobre o mercado de capitais brasileiro no período de 2009-2010. Constatam ainda que o processo de convergência trouxe impacto positivo, pois as informações contábilísticas em IFRS são mais relevantes que as informações com as normas brasileiras.

Segundo Costa *et al.* (2013) no período de transição entre as normas internacionais e as normas brasileiras, continuam a existir diferenças, considerando porém que os impactos no processo de convergência das normas internacionais foram significativos. Indicam ainda que podem não impactar de forma homogênea em todos os setores da economia a adoção dos novos pronunciamentos.

Niyama *et al.* (2010) investigaram sobre qual o caminho fundamental para a estruturação normativa do sistema contábilístico: definir regras detalhadas para os diversos eventos económicos, priorizando o objetivo de produzir informações consistentes e comparáveis e menos suscetíveis à subjetividade de quem as elabora; ou estabelecer princípios gerais que devem orientar o contabilista e o auditor no seu julgamento profissional sobre a melhor forma de reconhecer, classificar, mensurar e divulgar cada evento, tendo por propósito informações contábilísticas que demonstrem, o mais apropriadamente possível, a essência económica da operação, concluíram que não obstante haver certo consenso, um sistema contábilístico baseado em princípios apresenta uma série de benefícios, que se traduzem em oportunidades profissionais, em relação a uma estrutura normativa baseada em regras. A adoção de um modelo que exige mais julgamento profissional e uso de critérios subjetivos também traz custos e riscos.

Destaca-se o estudo realizado por Neto *et al.* (2009) sobre o processo de convergência das normas internacionais, até a sua completa adoção às normas nacionais brasileiras por parte dos utilizadores das demonstrações contábilísticas. Admitindo que o processo poderia introduzir dificuldades na análise das informações financeiras, em função das mudanças na contabilidade,

analisaram os impactos nos indicadores económicos financeiros das empresas brasileiras cotadas no índice na BM&FBovespa que divulgaram suas demonstrações no ano de 2008, antes da adoção das IFRS. Concluíram que há diferenças nas demonstrações contabilísticas elaboradas de acordo com cada norma contabilística. Contudo, os autores constataram que os indicadores económico-financeiros não são afetados de maneira estatisticamente significativa pelas diferenças existentes entre as normas contabilísticas brasileiras e as internacionais, demonstrando a inexistência de assimetria de informação nas empresas analisadas.

Da mesma forma que Neto *et al.* (2009); Domenico, Magro & Klan (2014) também concluíram que a adoção às IFRS altera de forma estatisticamente significativa apenas a estrutura de capital das empresas, sendo que nos demais indicadores económicos financeiros a referida adoção não causou impactos relevantes embora sob o ponto de vista para alguns autores as alterações das normas contabilísticas brasileiras possam causar efeitos positivos ou negativos.

Lopes & Walker (2012), constataram que no Brasil em termos de produção de qualidade do relato financeiro está caracterizado como hostil, especialmente pela forte influência das regras fiscais; quer as entidades particulares, como os profissionais de contabilidade, não estavam preparados para fornecer informações aos investidores, mas apenas para cumprimento das normas fiscais. Mediante o exposto, de uma forma geral, a qualidade do relato financeiro no Brasil deverá ser melhorada.

Face aos impactos descritos anteriormente não poderíamos deixar de mencionar o estudo realizado por Lopes A. B. (2011), que consistiu em aferir o impacto no ensino das IFRS no Brasil. Concluíram que a situação e os desafios não são realmente sobre a adoção ou não de IFRS, mas surgem com a adoção de um modelo contabilístico destinado a informar os usuários externos e, com base no julgamento e da substância económica das operações, em contraste com o modelo local, que foi projetado para atingir outros fins.

Apesar da crescente importância no Brasil, a evolução e os principais influenciadores da contabilidade brasileira visando a adoção das IFRS, Rodrigues, Schmith & Santos (2012) mencionam que tem havido pouca documentação sobre as influências formativas significativas, sobre a contabilidade brasileira e o caminho para a adoção das IFRS.

Em síntese, o impacto da Normalização Contabilística no Brasil tem sido positivo. Tem sido um processo dispendioso, mas promissor e harmónico. Envidando esforços para a harmonização, contribuíram simultaneamente para um marco importante na normalização contabilística brasileira, mas também para a valorização do profissional contabilista, que passa a equiparar-se a um médico, advogado, ou outro profissional liberal. Salienta-se ainda o contributo para a melhoria do nível de aceitação das normas, por parte do órgão regulador. Reforçamos que o Brasil era regulado por diversas entidades reguladoras, que emitiam as suas próprias normas, conducentes

a óbvias diferenças dos conteúdos entre as mesmas.

1. Preliminar

Neste capítulo efetua-se o enquadramento teórico e a revisão de literatura com enfoque essencial nos AFT. Atendendo a que esta rubrica será o foco da nossa investigação, dada a importância dos AFT na valorização das empresas, dignos de nota para qualquer investidor ou *stakeholder* que vise analisar e compreender a sua evolução.

Iniciaremos por definir os conceitos essenciais subjacentes a esta temática, prosseguindo com o delinear dos objetivos que se pretendem alcançar neste trabalho.

2. Definição e conteúdo de ativos fixos tangíveis

Nas Demonstrações da Posição Financeira existem dois tipos de ativos fixos: os ativos financeiros e não financeiros. Além disso, os ativos não financeiros podem ser divididos em três grandes grupos: propriedade, instalações e equipamentos e investimentos imobiliários como ativos tangíveis e intangíveis.

“Uma classe do ativo fixo tangível é um agrupamento de ativos de natureza e uso semelhantes nas operações de uma entidade”. A IAS 16 § 37 identifica exemplos de classes separadas: terrenos; terrenos e edifícios; maquinaria; navios; aviões; veículos a motor; mobiliário e suportes fixos; e equipamento de escritório.

Tal como a IAS 16 pode-se assim “dizer que a definição de AFT preenche o conceito genérico de ativo e, especificamente, o conceito de ativo não corrente” (Monteiro & Mota, 2009).

O tratamento contabilístico para cada grupo específico de ativos é regulado por uma norma de contabilidade particular.

2.1 Conceito

Os ativos fixos tangíveis (AFT) são ativos tangíveis de longo prazo, associados a atividades de investimentos, mas que são detidos para uso no âmbito da atividade operacional. A razão primária para classificar um ativo como (AFT) é a sua detenção para uso durante o período de tempo significativo no desenvolvimento da atividade operacional (Lourenço & Baptista, 2015).

Lourenço & Baptista (2015) destacam pois as duas características dos AFT sendo:

- O uso para o qual os AFT são detidos: para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendar a terceiros ou para fins administrativos, (não sendo, no entanto, a finalidade suficiente para classificar um ativo como AFT);

- O período durante o qual esse uso se verifique: mais do que um período de relato³.

2.2 Reconhecimento dos Ativos Fixos Tangíveis

O tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis encontra-se regulamentado, fundamentalmente, pela IAS16 Internacional Accounting Standards 16, através do âmbito do Normativo Internacional de Contabilidade aprovada pelo Regulamento (CE) nº 1725/2003 da Comissão, de 21 de Setembro de 2003, que adota as Normas Internacionais de Contabilidade, nos termos do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento (CE) nº 1725, 2003). Cabe salientar que o Brasil adotou a norma a partir de 1 de janeiro de 2008, de acordo com a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

Os aspetos principais na contabilização são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contabilísticos, os encargos de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação a eles.

Quanto ao reconhecimento inicial e, segundo a (IAS 16 § 7), um AFT deve ser reconhecido como ativo quando:

- a) For provável que futuros benefícios económicos associados ao item fluirão para a entidade;
- b) O custo do item puder ser mensurado fiavelmente.

Neste contexto, de acordo com a (IAS16§7), um AFT deve ser reconhecido quando for provável que os futuros benefícios económicos associados ao ativo fluirão para a entidade; e quando o seu custo puder ser determinado com fidelidade, assumindo que o mercado funcione com o sistema de concorrência.

A (IAS 16§23), exige que um item qualificado como um deve ser mensurado, para reconhecimento, pelo custo equivalente ao preço real à data do reconhecimento.

O custo pelo qual um AFT é adquirido será o seu preço de mercado, ou seja, o preço que a oferta e a procura acordam em equilíbrio e este preço representa os benefícios económicos que se encontram à partida garantidos no futuro. Por esta razão, os AFT adquiridos a terceiros cumprem em geral com o critério de reconhecimento de um ativo.

³ Se um bem for adquirido durante apenas um período de relato, os seus benefícios económicos serão integralmente recuperados de imediato não existindo qualquer valor passível de ser obtido em períodos futuros. Assim, esse bem não cumpre a definição de ativo e será reconhecido de imediato como um gasto do período de relato. Todavia, estes ativos são classificados como AFT porque, como o próprio nome indica, a sua natureza é tangível (tem substância física), caso contrário seriam classificados como Ativos Intangíveis.

2.2.1 Critérios de Reconhecimento

Segundo a (IAS 16 § 11), os critérios de reconhecimento devem ser aplicados a todos os AFT, numa mesma classe, contemplando custos iniciais ou subsequentes, conforme explicitamos a seguir:

2.2.1.1 Custos Iniciais

(IAS 16 § 11) Os AFT devem ser reconhecidos pelos custos iniciais para os adquirir ou os substituir.

2.2.1.2 Custos Subsequentes

(IAS 16 § 12), Os AFT devem ser reconhecidos pelos custos subsequentes, para adicionar ou substituir uma parte ou para dar assistência a um AFT e podem ser subdivididos como segue:

- **Custos de Substituição** (suportados posteriormente, podendo ser custos de substituição), devendo ser reconhecidos como um ativo se o critério de reconhecimento se verificar e, posteriormente, desreconhecido o valor contabilístico das partes que foram substituídas;
- **Custos de Manutenção** (custos suportados posteriormente com operações de manutenção correntes), devendo ser reconhecidos como gastos do período.

2.3 Mensuração após Reconhecimento

Após o reconhecimento inicial, a IAS 16 permite aos gestores escolher entre dois modelos de avaliação para medição.

A empresa deve traçar a sua política contabilística, escolhendo entre o modelo de custo ou o modelo de revalorização, devendo aplicar a mesma política escolhida a uma classe inteira (IAS 16 § 29).

Havendo a hipótese de as empresas, na preparação da informação financeira, poderem optar por diferentes políticas contabilísticas (Cheng & Warfield, 2005) no que se refere aos AFT (NCRF7), os objetivos que as mesmas, os seus proprietários ou os seus gestores pretendem prosseguir serão uma fonte orientadora dessas opções (Watts & Zimmerman, 1978).

A mensuração dos ativos fixos tangíveis ganha maior relevância. Os AFT são um elemento importante e permanente na generalidade das empresas, sendo que a política seguida na sua mensuração, designadamente no que se refere ao modelo de mensuração (Barlev, 2007) e à política de depreciações (Kang & Zhao, 2010), têm uma grande influência na informação financeira apresentada.

2.3.1 Modelo do custo

O Modelo de Custo (IAS 16 § 30) preconiza que, após o reconhecimento como ativo, um item do ativo fixo tangível deve ser escriturado pelo seu custo, deduzido de qualquer depreciação⁴ acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O modelo de custo tem sido considerado, tradicionalmente, como sendo a principal base de mensuração subjacente à elaboração das demonstrações financeiras. Porém, é consensual que existe um afastamento entre o valor económico de uma entidade e o valor que as demonstrações financeiras apresentam da mesma.

Apesar do custo de aquisição ser a principal base de mensuração no reconhecimento, para superar as suas limitações, têm-se verificado desenvolvimentos para a mensuração dos elementos inscritos nas demonstrações financeiras, sendo de destacar o modelo de revalorização.

2.3.2 Modelo de Revalorização

Segundo a (IAS 16 § 31) “após o reconhecimento como um ativo, um item do ativo fixo tangível cujo justo valor possa ser mensurado fiavelmente deve ser escriturado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes”.

O justo valor poderá assim, ser determinado com base em provas obtidas no mercado e recorrendo aos serviços de avaliadores qualificados e independentes; no caso de itens de instalações e equipamentos, o justo valor é aferido pelo valor de mercado determinado por avaliação (IAS 16 § 37); nos casos em que não existam provas do valor de mercado, devido à natureza especializada do item do AFT ou se o item for raramente vendido, ou considerado como parte de um negócio em continuação, uma entidade pode precisar de estimar o justo valor usando uma abordagem pelo rendimento ou pelo custo de reposição depreciado (IAS 16 § 37).

Se a quantia escriturada de um ativo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida nos lucros ou prejuízos. No entanto, a diminuição deve ser debitada diretamente ao capital próprio, com o título de excedente de revalorização, até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo.

Pelo contrário, reavaliações positivas de ativos aumentam os valores contabilísticos de ativos fixos e reservas de reavaliação no capital próprio.

No entanto, o aumento deve ser reconhecido nos lucros ou prejuízos, na medida em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos lucros ou

⁴ Segundo a IAS 16, a definição de depreciação “é a imputação sistemática da quantia recuperável de um ativo durante a sua vida útil”.

prejuízos.

As revalorizações (IAS 16 § 31) “devem ser feitas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor⁵ à data do balanço” (Marques & Alves, 2012).

De acordo com o (IAS 16 § 34), a frequência das revalorizações depende das alterações no justo valor dos AFT que estão a ser revalorizados, i.e. quando o justo valor de um ativo revalorizado diferir materialmente da sua quantia escriturada é exigida uma nova revalorização. Logo, alguns itens serão sujeitos a revalorização anual, enquanto outros, cujas alterações de justo valor são irrelevantes, apenas serão revalorizados a espaços temporais mais latos (cada três ou cinco anos).

2.4 Divulgações

Os § 73 a 77 da IAS 16 definem as especificidades de divulgação em relação à revalorização dos AFT. Pelo § 73 da referida Norma, as DF devem divulgar, com respeito a cada classe de AFT, os seguintes parâmetros:

- a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;
- b) Métodos de depreciação usados;
- c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;
- d) Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada, incluindo perdas por imparidade acumuladas, no início e no fim do período;
- e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, identificando que apresente as adições, os AFT classificados como ativos não correntes detidos para venda; os aumentos/reduções durante o período resultantes de revalorizações e de perdas por imparidade reconhecidas ou revertidas diretamente nos capitais próprios;

O § 77 das IAS 16 acrescenta que se alguns dos itens do ativo fixo tangível forem reexpressos por quantias revalorizadas, as DF deverão divulgar detalhadamente:

- a) A data da eficácia da revalorização;
- b) Se esteve ou não envolvido um avaliador independente;
- c) Os métodos e pressupostos significativos aplicados na estimativa do justo valor dos itens;
- d) A medida em que o justo valor dos itens foi determinado diretamente por referência a

⁵ Tal como referido na norma, (IAS 16 § 32) “o justo valor de terrenos e edifícios é normalmente determinado a partir de provas com base no mercado por avaliação que é normalmente realizada por avaliadores profissionalmente qualificados. O justo valor de itens de instalações e equipamentos é geralmente o seu valor de mercado determinado por avaliação”.

preços observáveis num mercado ativo ou em transações de mercado recentes numa base de não relacionamento entre as partes ou foi estimado usando outras técnicas de valorização; e

e) O excedente de revalorização, indicando a alteração do período e quaisquer restrições na distribuição do saldo aos acionistas.

Uma vez apresentada a IAS 16, de seguida descreve-se em que consiste a norma nacional portuguesa e a brasileira.

2.5 Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7

A NCRF 7 - "Ativos fixos tangíveis" é a norma prevista pelo SNC para o tratamento contabilístico dos AFT, aplicando-se na contabilização dos mesmos, exceto quando outra norma exija ou permita um tratamento contabilístico diferente segundo o §§ 1 e 2.

Esta norma tem origem na Norma Internacional de Contabilidade (NIC) (Norma Internacional de Contabilidade 16 - Activos Fixos Tangíveis, 2008). A IAS 16 adotada pelo Regulamento (CE) N.º 1126/2008 da Comissão Europeia, de 3 de Novembro, baseado por sua vez em determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento e do Conselho.

O objetivo desta Norma é o de prescrever o tratamento contabilístico para ativos fixos tangíveis. A análise dos ativos de uma determinada sociedade, deverá permitir identificar a forma de investimento utilizada, bem como as alterações a este investimento e, possivelmente, as necessidades futuras de novos ativos.

A revisão da literatura que é apresentada adota a estrutura da referida norma. Dado que a presente dissertação visa identificar os fatores explicativos das opções contabilísticas na mensuração subsequente dos AFT, é necessário compreender a norma de um modo geral.

2.6 Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral 27

A Norma brasileira de Contabilidade Técnica Geral 27 é baseada nas disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, como o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. O Pronunciamento foi elaborado a partir da IAS 16, tendo sido renomeado para Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC-TG-27),

No intuito de facilitar a pesquisa da norma na página do CFC, através do Decreto-Lei n.º 9.295/46, alterado pela Lei n.º 12.249/10, artº 6, al. f), foi adicionada à sigla da norma a letra R mais o número que identifica sua alteração (R1, R2, R3, ...- para identificar o número da consolidação a letra R mais o número que identifica sua alteração), pois essas referências são sempre da norma em vigor, para que, em cada alteração da norma, não haja necessidade de se ajustarem as citações em outras normas (Breda, 2015).

Tal como a NCR7, no caso de Portugal, a NBC-TG-27 tem como “objetivo estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os utilizadores das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contabilísticos, os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos”.

Entre as novidades apresentadas na NBC-TG-27, destacam-se a figura do "valor depreciável" e a "Vida útil" ⁶ real do bem, que independem das taxas admitidas pelo fisco” (Consultoria, 2012).

Uma das principais mudanças da atual NBC-TG-27, de acordo com Carraro & Wohlgemuth (2014), seria a adaptação dos bens de acordo com o normativo internacional, que tem por objetivo discriminar o tratamento contabilístico para os ativos imobilizados desde o seu reconhecimento, vida útil e depreciação. Daí a ser importância de efetuar a avaliação de ativos visando a melhoria das DF.

Pela Lei 11.638/07, art. 6º, impede-se a realização de reavaliações, sendo mencionado que “saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta lei entra em vigor”. Contudo, foi criada a conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no património líquido, onde foram alterados os procedimentos para a contabilização, uma das alterações que faz parte do estudo, através da qual se deve considerar o fim da possibilidade da realização de novas reavaliações.

Importa evidenciar que tanto da IAS 16 quanto a NCRF 7 diferem da NBC-TG-27, na qual em seu parágrafo 39, a norma referencia que “se uma quantia escriturada de um ativo for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento deve ser creditado diretamente ao capital próprio, numa conta com o título de excedente de revalorização”; assim, a norma portuguesa e internacional possuem uma conta com o título de excedente de revalorização, enquanto na norma brasileira esse aumento deve ser creditado diretamente ao capital próprio.

Outro aspeto relevante no §77 da NBC-TG-27 (R2) foi a eliminação das suas alíneas c) e d), ficando em divergência relativamente às IAS 16 e NCRF 7, rejeitando os métodos, pressupostos, estimativas e/ou outras técnicas de valorização do Justo Valor.

À semelhança do conceito de AFT, estabelecido quer pela IAS 16 como pela NCRF7, a NBC-TG-27 também define que o reconhecimento dos AFT fica dependente de que o bem esteja ao

⁶ A IAS 16 refere que vida útil é: “o período durante o qual se espera que o ativo seja usado pela empresa; ou a quantia de produção ou de unidades similares que se espera que sejam obtidas a partir do ativo pela empresa”

serviço da entidade, que sobre ele exerça controlo, usufrua dos benefícios e assuma os riscos do mesmo; no entanto, outro fator relevante é de que o bem só será considerado como Ativo Imobilizado se o custo do mesmo puder ser mensurado fiavelmente e o bem gerar benefícios económicos futuros para a entidade. Caso não se verifiquem todos esses pressupostos, o ativo será registado como ativo financeiro.

Evidencia-se também a diferença com o anterior normativo, pelo qual se considerava imobilizado os direitos que recaíssem sobre bens destinados à manutenção das atividades das empresas, inclusive os de propriedade industrial e comercial. A maior mudança verificada nessa alteração de conceito refere-se à propriedade jurídica do bem: - anteriormente não se reconheciam os bens que estivessem em posse de terceiros, ainda que deles resultasse utilidade para a empresa.

3. Modelo do Custo versus Modelo de Revalorização

O custo histórico, apesar da sua característica essencial ser a fiabilidade, coloca em causa o grau de relevância da informação financeira, porque normalmente não reflete a atual situação financeira da entidade e não se apresenta relevante para os utilizadores da informação financeira, aquando da tomada de decisões (Sandu, T., 2013).

Importa referir que o modelo do custo continua a ser o procedimento adotado na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis pelas empresas cotadas na UE em detrimento ao JV devido aos menores custos incorridos para as empresas (Christensen & Nikolaev, 2013).

Além disso, a incapacidade do custo histórico de distinguir claramente diferenças entre as diversas classes de AFT também afeta a comparabilidade do resultado, já que os custos históricos não distinguem diferenças na valorização de ativos (Herrmann *et al.*, 2006).

Por sua vez Simões (2009) define que “o justo valor, influenciado pela sua característica principal, a relevância, permite atribuir aos ativos valores anuais de mercado, ultrapassando uma das desvantagens do custo histórico. No entanto, o facto de a determinação do justo valor ter de obedecer a um conjunto de critérios que poderão não estar presentes na realidade das empresas poderá tornar-se numa dificuldade acrescida”.

A opção contabilística pelo modelo subsequente, podendo variar entre o modelo de custo e o modelo de revalorização, implica os seguintes efeitos nas demonstrações financeiras:

Quadro 1 - Efeitos da Escolha do Modelo Subsequente

Modelo	Efeitos da Opção
Custo	Capitais Próprios subavaliados; Menores encargos com depreciações.
Revalorização	Capitais próprios mais próximos do seu valor real; Encargos com depreciações mais elevados.

Fonte: Adaptado (Silva E.S., 2004 p. 220)

4. A Revalorização de Ativos

O fato da decisão de reavaliar ativos fixos ficar ao critério da gestão, levanta questões sobre os motivos para reavaliação e seus resultados: - a reavaliação pode revelar informações privadas de gestão, oportunas para o mercado, ou não fornecendo novas informações pode ser utilizado como uma ferramenta de vitrina (Barlev *et al.*, 2007).

Existem leis contabilísticas, que devem ser reduzidas tanto quanto possível, que permitem que os ativos fixos possam ser reavaliados para cima, ficando ao critério dos gestores a assimetria da informação sobre o valor dos ativos da empresa, transformando-os assim num fator determinante (Missoner-Piera F., 2007).

Na maior parte dos países, o paradigma do custo histórico subjacente aos princípios contabilísticos geralmente aceites (GAAP) implica que a maioria dos ativos seja contabilizada pelo seu custo de aquisição, a menos que o valor contabilístico seja inferior ao justo valor de mercado desses ativos. Alguns países, no entanto, permitem a reavaliação ocasional, para cima, de ativos com um associado aumento de capital próprio (Barlev *et al.*, 2007).

Os mesmos autores, citando Whittred & Chen, (1992), que estudaram a capacidade económica e financeira das empresas Australianas que reavaliaram seus ativos entre 1980 e 1984, reconheceram que essas empresas são caracterizadas por baixas reservas de caixa, restrições ao crédito e elevado potencial de crescimento. Estes resultados foram ecoados por outros estudos.

Brown *et al.*, (1992) estudaram os motivos para as decisões de reavaliação na Austrália durante os períodos inflacionários (1974 a 1977 e 1984 a 1986), respetivamente. Constataram que a maior propensão para revalorizar está associado a empresas que são altamente alavancadas, perto de restrições de dívida, sofrendo de baixos níveis de liquidez e possuindo propriedade considerável.

Barlev *et al.* (2007) sugerem que as reavaliações estão associadas a empresas com necessidade de acesso aos mercados de capitais para financiar as suas oportunidades de crescimento, portanto

estas empresas têm de transmitir uma posição financeira saudável para atrair o financiamento aquando da reavaliação. No entanto, para evitar custos políticos, fator motivador para procederem a reavaliações, as empresas tentam reduzir o seu retorno sobre os ativos. Também mencionam que as empresas em mercados emergentes não precisam reexaminar a questão dos custos políticos.

4.1. A importância das demonstrações financeiras e fatores associados às escolhas contabilísticas

Neste item fazemos uma revisão de literatura com um enfoque essencial nas demonstrações financeiras, contudo enfatizam-se também as escolhas contabilísticas em vários países.

As DF continuam a ser fundamentais para a tomada de decisão de diversos agentes económicos (Lopes *et al.* 2008). Partindo do pressuposto que as empresas consideram a importância da informação financeira (Rosa, 2013), os agentes económicos consideram o impacto das políticas contabilísticas, podendo exercer a opção sobre elas, especialmente no que se refere aos AFT.

De acordo com Lopes *et al.* (2008) a dimensão e o nível de endividamento produzem efeitos sobre a qualidade das Demonstrações Financeiras. Conforme evidências empíricas analisadas mostrou-se que a dimensão determina a qualidade da informação financeira e que esta relação é positiva, ou seja, as empresas maiores tendem a apresentar melhor informação.

Barac & Sodan (2011) procurou relacionar os motivos para a escolha de revalorização nas DF das empresas cotadas da Croácia, tendo verificado que as empresas com crescimento de dívida, baixo índice de liquidez e baixa taxa de fluxo de caixa são mais propensas a realizar reavaliações ascendentes, além de que esta decisão de reavaliação pode ser interpretada como intenção do gestor para reduzir o custo da dívida, assim melhorando os rácios da dívida e fornecendo valores de saída atuais dos ativos fixos aos credores. Outra relação relevante é o fator político que também tem uma influência significativa sobre a decisão de reavaliação para cima. Grandes empresas, com alto retorno sobre o capital próprio, serão mais propensas a reavaliar suas ações para reduzir os lucros reportados e reduzir a atenção política dos reguladores.

Do mesmo modo, Choi *et al.* (2013), afirmaram que os fatores determinantes da propensão à reavaliação por parte das empresas coreanas cotadas nos índices Korea Composite Stock Price Index (KOSPI) e Korean Securities Dealers Automated (KOSDAQ) residem essencialmente na expectativa da melhoria da sua posição financeira ou na redução dos custos de contratação de dívida, mais do que na diminuição dos custos políticos ou sinalização de perspectivas futuras. Quando há mais ativos elegíveis para efeitos de revalorização, a relação de bens e a alavancagem financeira é alta, há uma maior necessidade de financiamento e os ativos são reavaliados em baixa. No entanto, acrescentam que as empresas sinalizam melhores perspectivas de futuro, ao preferir não reavaliar, antecipando potenciais benefícios de reavaliação.

Missoner-Piera F., (2007) referem que o impacto sobre a escolha de revalorizarem ativos fixos por parte das empresas cotadas na Suíça, mostra uma associação positiva entre a reavaliação e a proporção de alavancagem e uma associação negativa com as oportunidades de investimento. Sugerem que reavaliação seja utilizada como um dispositivo para melhorar a relação com os credores e das partes interessadas estrangeiras, ou seja, transmitindo perceções positivas sobre a saúde financeira da empresa e melhorando assim a capacidade de endividamento da empresa. Ressalta-se que ao contrário de a maioria dos países, o mercado de valores da Suíça tem uma longa tradição de normas internacionais de contabilidade até 2005, sendo permitido que as empresas possam relatar as DF utilizando as IFRS, US GAAP ou Swiss GAAP local.

Para Almeida *et al.* (2012) as escolhas contabilísticas interferem diretamente em características do conservadorismo condicional, já que as decisões de opção das normas e práticas contabilísticas a seguir pelo profissional, consoante sua interpretação e elaboração do relato financeiro estarão relacionadas com o nível de entendimento deste profissional. No estudo realizado, analisaram um grupo de empresas cotadas no índice BMF&Bovespa e verificaram que se ao longo do tempo praticarem continuamente o conservadorismo, esta prática poderia distorcer os resultados contabilísticos, manipulando os resultados, podendo afetar as decisões económicas.

Importa referir que para Herrmann *et al.* (2006) a questão de permitir revalorizações dos AFT também tem implicações importantes sobre a comparabilidade. Os autores mencionam que é provável que as revalorizações continuem a ser autorizadas no modelo do IASB, devido ao uso difundido internacionalmente. Ao permitir que as empresas continuem a divulgar em termos de custo histórico, em detrimento do Modelo de Revalorização, em vez de exigir revalorizações, concluem que é mais difícil identificar semelhanças e diferenças entre os bens do ativo da empresa, quando esses ativos são reportados utilizando diferentes métodos de valorização, logo, afetando a comparabilidade.

Para melhor entendimento sobre as escolhas contabilísticas relativas ao modelo de revalorização dos ativos fixos tangíveis abordam-se a seguir estudos realizados por alguns autores.

5. Escolhas Contabilísticas

“A existência de escolhas contabilísticas nas normas atuais, bem como a introdução da mensuração ao modelo de Revalorização para avaliação de certos ativos e passivos, representou uma mudança radical de perspetivas para os preparadores das demonstrações financeiras” (Barbosa *et al.*, 2014).

É facto assumido que a decisão do gestor é oportunista, consoante a escolha contabilística, utilizada como um dispositivo para melhorar a perspetiva de uma empresa. Os gestores preocupam-se cada vez mais com a exposição internacional sobre os procedimentos das suas escolhas contabilísticas, sendo que a situação financeira da empresa é sinalizada através de

variáveis de solvabilidade em vez de variáveis de rentabilidade (Missoner-Piera F., 2007; Barac & Sodan, 2011).

Pode-se verificar que para os utilizadores das informações financeiras, os investidores, credores, fornecedores e clientes, as determinantes das escolhas contabilísticas são muito importantes, contudo, segundo Lopes *et al.*, (2008), algumas entidades são mais propensas a reavaliar Propriedades e Investimentos para melhorar sua posição financeira ou reduzir os custos de contratação de dívida, do que diminuir custos políticos ou sinalizar perspectivas futuras.

Também Missoner-Piera F. (2007) afirma que em diferentes países sugerem que os gestores preferam a revalorização, pois é utilizada como um dispositivo para melhorar a interação com credores e partes interessadas, reforçando percepções sobre a saúde financeira da empresa e melhorando assim a capacidade de endividamento.

A contabilização da inflação é outro exemplo relacionado com as escolhas contabilísticas. Barlev *et al.* (2007) consideram que a maioria dos países da América do Sul desenvolveu muitos esforços para dar conta do impacto da inflação. Por outro lado, baixas taxas de inflação prevalentes nos Estados Unidos e grande parte da Europa tornaram estas questões de inflação discutíveis.

“Diversas políticas e divulgações contabilísticas das entidades exigem a determinação do justo valor, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os justos valores têm sido apurados para propósitos de mensuração e divulgação baseados em métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração do Justo valor são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo” (Padronizadas, 2012).

1. Preliminar

Neste capítulo será apresentada a metodologia de investigação traçando o enquadramento metodológico seguido.

Conforme (Sousa & Batista, 2011), este estudo pretende traçar os objetivos a prosseguir e delinear as hipóteses a validar, prosseguindo com as análises dos dados recolhidos e apresentando, por último, os resultados obtidos, em consonância com a base teórica, bem como as recomendações para próximos estudos.

1.1 Enquadramento metodológico

Nesta investigação recorreu-se a uma metodologia quantitativa, através de análise de conteúdos, realizada pela análise financeira às DF das entidades analisadas.

O estudo de (Watts & Zimmerman, 1978) marca a cunhagem da expressão “Teoria Positiva da Contabilidade”, evidenciando que esta “é uma teoria capaz de dissecar os factos que explicam a literatura contabilística existente, prevendo como a investigação acabará por promover a mudança dos fatores assumidos e explicar o papel das teorias na determinação dos padrões contabilísticos”.

A abordagem do problema será de natureza quantitativa (empírico-positiva), enquanto o tipo de estudo deve ser classificado como descritivo e exploratório, uma vez que, para além de proceder ao reconhecimento de uma dada realidade, levanta hipóteses de entendimento e descreve rigorosa e, claramente, o objeto de estudo, ou seja entendimento da realidade, na sua estrutura e funcionamento.

Relativamente à constituição da amostragem, considera-se não probabilística, já que parte de uma fonte restrita, segundo os preceitos enunciados por Sousa & Batista (2011).

Consideramos ser esta a metodologia apropriada, baseando-nos ainda em Sousa & Batista (2011), escolha sustentada no facto de existir a possibilidade de recolha de medidas quantificáveis de variáveis, a partir de amostras de uma população. Objetiva-se a identificação e apresentação de dados utilizando medidas numéricas para testar as hipóteses, mediante recolha de dados rigorosa, com a vantagem de análise e integração dos resultados.

1.2. Caracterização da Amostra

Devido à sua relevância, critérios de composição, negociabilidade e representatividade nos mercados português e brasileiro, nesta investigação serão utilizados dados de vinte empresas portuguesas, com títulos negociados na Bolsa de Lisboa – NYSE Euronext Lisbon e vinte empresas brasileiras, cotadas na BM&F Bovespa. As empresas portuguesas estão sujeitas às

regras do Banco de Portugal e às da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários; as empresas brasileiras são sujeitas às normas do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Os bancos, fundos de investimento e outras instituições financeiras foram excluídos da amostra por causa das diferenças da estrutura de ativos.

O período de análise estende-se de 2010 a 2014 inclusive.

1.3. Recolha de Dados

No que respeita a recolha de dados, segundo (Sousa & Batista, 2011) é “uma parte fundamental do processo de investigação”. Esta fase baseia-se na anterior definição da estratégia de investigação, que já de si formula as diversas questões a prosseguir, facilitando a necessária recolha de informação.

Para a realização desta investigação, foram utilizadas as DF das entidades que constituem a NYSE Euronext Lisbon em Portugal e BM&FBOVESPA no Brasil, vinte por cada país, abrangendo um período de 5 anos, desde 2010 a 2014 inclusive.

O período de análise, a partir de 2010, prende-se essencialmente ao fato de nessa data se ter iniciado a convergência e a adoção das Normas Internacionais (IFRS) no Brasil, ainda que em Portugal a adesão às Normas Internacionais (IFRS) já se tivesse verificado em 2005.

As escolhas dos anos subsequentes, visa aferir a consistência das práticas contabilísticas das entidades relativamente a esta matéria. No caso do Brasil, foram selecionadas as empresas do segmento Novo Mercado pois adotam “voluntariamente, práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira e disponibilizam relatos financeiros anuais através de um modelo internacionalmente aceite” (BM&FBovespa, 2015).

Relativamente às DF da nossa amostra foram recolhidos relatórios e contas apresentados pelas entidades, no período da análise. No caso das empresas portuguesas, os relatórios e contas foram obtidos através das páginas da internet; no caso das empresas brasileiras, as demonstrações financeiras padronizadas foram acedidas via página da internet da BM&FBovespa.

No que diz respeito à análise estatística e organização, utilizou-se o programa informático *Microsoft Office Excel* para o tratamento dos dados retirados das DF de cada empresa

O processo de amostragem não é probabilístico, pois partirá de uma fonte restrita uma vez que as informações sobre as entidades investigadas foram obtidas nas demonstrações financeiras consolidadas, ou seja, uma amostragem por quotas.

Em termos de valores, optou-se por apresentar todos os dados em euros, visando a uniformização da informação, já que, no caso das entidades portuguesas se apresentavam relatórios de contas em diversas unidades de representação monetária (euros e milhares de euros) e, no caso do Brasil,

embora todas as entidades apresentassem o relato financeiro na mesma unidade (milhares de reais), surgia a diferença cambial entre os dois países. Procedeu-se, assim, à conversão cambial dos valores para o euro.

Neste sentido, recorreu-se à página de internet do Banco de Portugal que disponibiliza diariamente as taxas de câmbio de moedas de diferentes países, em arquivo desde o ano 1999. Por conseguinte, foram consideradas as taxas de câmbio do euro face ao real, referentes à data do balanço de cada ano para o período considerado nesta investigação.

As taxas de câmbio para a conversão das DF das entidades da amostra do Brasil foram as seguintes:

Tabela 1 - Taxas de câmbio da conversão das demonstrações financeiras das empresas brasileiras

Data do Balanço	Cotação EUR/BRL
31/12/2014	3,2204
31/12/2013	3,2576
31/12/2012	2,7036
30/12/2011	2,4159
31/12/2010	2,2177

Fonte: Elaboração Própria com dados do Banco de Portugal (www.bportugal.pt)

1.4. Análise de conteúdos

Partindo da recolha de dados enunciada, prosseguimos com a extração de dados financeiros a partir das DF da nossa amostra, nomeadamente no que respeita a rubricas importantes para a definição e análise dos fatores determinantes na escolha contabilística do modelo de mensuração subsequente.

As rubricas utilizadas foram selecionadas por serem medidas em valores absolutos, procurando-se, assim, evitar a sua subjetividade. Enumeramos as referidas rubricas, recolhidas das Demonstrações da Posição Financeira, sendo de salientar a diferença de terminologias usadas nos dois países em análise, apresentadas no Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 - Terminologias utilizadas em Portugal e no Brasil

Demonstração da Posição Financeira	
Portugal	Brasil
Ativo Total	Activo Total
Ativo Fixo Tangível	Imobilizado
Excedentes de Revalorização	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Capital Próprio	Património Líquido
Passivo Corrente	Passivo Circulante
Passivo não Corrente	Passivo não Circulante
Passivo Total	Passivo Total
Resultado Líquido do Período	Lucro Consolidado do Período

Fonte: Elaboração própria

A seguir são apresentadas os fatores determinantes para a realização da análise pretendida, com base na expectativa teórica de alguns autores.

1.4.1. Fatores determinantes e sua análise

Ressalta-se que esta investigação é inspirada no estudo de Lopes *et al.* (2010) que, para além de analisarem o impacto da adoção das IFRS na qualidade da informação financeira divulgada pelas empresas dentro e fora da UE, também investigam o efeito doutros fatores como a dimensão, o endividamento, e a rentabilidade.

Estes fatores são calculados como se apresentam no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Fatores determinantes

Fator determinante	Medida
Dimensão	Logaritmo Ativo Total
Endividamento	Passivo Não Corrente / Capital Próprio
Rentabilidade	Resultado Líquido / Capital Próprio
País	Correlação dos valores entre Portugal / Brasil

Fonte: Elaboração própria

Pretendemos pois aferir de que forma os fatores selecionados são ou não preponderantes na escolha do modelo de mensuração sobre o qual incide a nossa investigação.

1.5. Definição das questões de investigação

Pretendemos pois aferir de que forma os fatores selecionados são, ou não, preponderantes na escolha do modelo de mensuração sobre o qual incide a nossa investigação. Consequentemente, esta seleção está interligada com as questões de estudo, que passamos a desenvolver:

1.5.1. Dimensão

A preponderância da dimensão na escolha do método de mensuração poderá estar relacionada com os custos políticos, dado que as empresas com maior dimensão aspiram alcançar uma maior credibilidade dos valores contabilísticos que apresentam na sua informação financeira Dumontier e Raffounier, (1998) citado por Rodrigues & Guerreiro (2004). Quando existe uma separação entre a propriedade e a gestão é importante que os gestores não possam manipular a contabilidade através da escolha de determinados métodos contabilísticos.

Segundo Lopes *et al.* (2008) a dimensão da empresa determina a qualidade da informação financeira, sendo que esta relação é positiva:- as grandes empresas tendem a apresentar melhor informação e de natureza igual, enquanto as pequenas empresas requerem mecanismos que garantam uma maior qualidade das DF.

No entanto, há falta de consenso nesta matéria, de que salientamos:

- Astami & Tower (2006), citado por Lopes *et al.* (2008), recolheram evidência empírica de que a dimensão não era relevante nas escolhas contabilísticas realizadas em países asiáticos;
- Gopalakrishnan (1994) constatou que a partir de uma certa dimensão, as empresas tendem a realizar escolhas contabilísticas, que reduzam os resultados relevados, visando diminuir as pressões sociais e a carga fiscal;
- Demerjian *et al.* (2006) e Bradashaw *et al.* (2004) mostram que as grandes empresas são as que apresentam DF com maior qualidade.

Segundo Astami & Tower (2006) a dimensão pode ser definida pelo logaritmo natural do Ativo Total devido à grande diferença de valores neste fator.

Considerando os determinantes económicos mais marcantes como a dimensão dos mercados, o seu potencial de crescimento e o aumento do volume de negócios, encontramos a primeira hipótese de investigação:

Q1: Existe uma relação entre a dimensão da empresa cotada e a escolha feita pela mesma relativamente ao modelo de mensuração subsequente?

1.5.2. Endividamento

A decisão da empresa a cerca de sua política de financiamento, no que diz respeito à escolha entre capital próprio ou de terceiros, pelo impacto que tal decisão pode assumir sobre o valor da empresa, releva a importância do endividamento como característica relevante.

Fatores como o prazo, garantias ou tipo de mercado podem condicionar as opções dos gestores na tomada de decisão sobre o modelo de mensuração subsequente. Empresas com maior necessidade de financiamento tenderão a seguir políticas contabilísticas mais direcionadas para o aumento de resultado e da robustez financeira da empresa (Astami & Tower, 2006). Contudo, a minimização do imposto a pagar pode condicionar este caminho (Wilson, 2009).

A escolha contabilística pelo modelo de Revalorização influencia o nível de endividamento, de acordo com Watts e Zimmerman (1978). Quer Barker (2011) como Lemos (2011) afirmam que as entidades com maior nível de endividamento tendem a optar pelo modelo de Revalorização.

Diante deste contexto Figueiredo (2007) analisou as principais características que influenciaram a escolha das empresas brasileiras que compõem o BM&FBovespa quanto à fonte da dívida. O resultado encontrado mostrou que algumas empresas consideraram variáveis relativas às oportunidades de crescimento e qualidade dos projetos da empresa, volume de ativos tangíveis em relação ao ativo total e o nível de alavancagem para tomar a decisão.

Dessa forma a empresa para levar a cabo os seus projetos de investimento tem de dispor de meios financeiros. Os gestores que buscam reduzir os custos de financiamento, podem influenciar as decisões contabilísticas para reduzir o risco percebido de credores e, assim, reduzir os custos de dívida; sabe-se que o financiamento externo gera oportunidades de investimento (Silva *et al.*, 2013).

Para Missoner-Piera (2007) uma das principais preocupações dos credores é o risco de reduzir ou diluir as garantias oferecidas pelos ativos da empresa em caso de insolvência, que é positivamente correlacionada com a alavancagem da empresa. Neste contexto, os gestores irão tentar tranquilizar os credores, optando por uma política de revalorização para os seus ativos fixos. Esta escolha não só irá reduzir a assimetria de informação sobre o justo valor dos ativos, mas também irá reduzir as taxas de alavancagem e o risco de insolvência.

No entanto, Dumontier e Raffounier (1998) citado por (Rodrigues & Guerreiro, 2004) em um estudo efetuado numa amostra de 51 empresas suíças que utilizavam as IFRS e 82 empresas que não utilizavam ou normas nacionais ou as Diretivas Comunitárias, concluíram que o nível de endividamento, a rentabilidade e o capital intensivo não influenciam a decisão das empresas.

Os ativos são atualmente um dos principais tópicos na agenda de uma série de normas de contabilidade, incluindo o FASB e o IASB. Ao longo do tempo, o Custo Histórico foi dominante

e continua a ser predominante nesse domínio, nomeadamente na contabilização de ativos, relativamente ao Justo Valor (Barlev *et al.* 2007).

No que diz respeito à estrutura de capitais, Astami & Tower (2006) citado por Lopes *et al.* (2008), concluíram que as empresas com menores níveis de endividamento tendem a realizar mais escolhas contabilísticas que aumentem os resultados. Esta conclusão é controversa às opiniões de Betty e Weber (2003) citado por Lopes *et al.* (2008) e Gopalakrishnan (1994) citado por Lopes *et al.* (2008) que concluem que as empresas com elevados níveis de endividamento tendem a selecionar políticas contabilísticas que lhes aumentem os resultados, no sentido de melhorar a sua posição negocial junto dos financiadores e conseguir cláusulas contratuais mais favoráveis.

Assim em conformidade com o objetivo geral Silva *et al.* (2013) enfatizam que “tendo os investimentos uma natureza de médio e longo prazo, apenas interessam os **meios de financiamento de longo prazo**, nomeadamente, os remunerados”. Contudo, seguindo Astami & Tower (2006) o endividamento de uma entidade pode analisar-se pelo rácio entre o Passivo não Corrente e o Capital Próprio.

Diante do exposto, encontramos a nossa segunda questão de investigação:

Q2: A opção pelo modelo de mensuração subsequente escolhido está relacionada com o nível de endividamento?

1.5.3. Rendibilidade

Para Lemos (2011) “o custo histórico e o modelo de Revalorização têm impacto na análise financeira da empresa”. Segundo Baker (2011) citado por Lemos (2011) “a rendibilidade líquida dos ativos, a rendibilidade dos capitais próprios e a taxa de rotação do ativo é maior quando é utilizado o critério do custo histórico. No entanto, em relação ao rácio de endividamento é mais favorável o critério do modelo de Revalorização. Pelo exposto, depreende-se que os rácios financeiros podem transmitir uma imagem distorcida da realidade, quer seja utilizado como base de mensuração o critério do custo histórico ou do modelo de revalorização”.

Devido a fatores tais como a política de custos, espera-se que a probabilidade de revalorização seja aumentada; neste sentido, seguindo Barac & Sodan (2011) o retorno sobre o capital próprio é o rácio entre o resultado líquido e o capital próprio, onde as empresas com retorno fora da normalidade podem atrair a atenção dos reguladores. Além disso, a revalorização reduz o retorno sobre o capital próprio devido ao aumento do mesmo, impactando paralelamente sobre a redução dos lucros, por aumento do custo de depreciação futura, causada pelo aumento do ativo fixo.

Nesse sentido, através da relevância demonstrada encontramos a terceira questão de investigação:

Q3: Qual o efeito da rentabilidade das empresas sobre a adoção do Modelo de Revalorização?

1.5.4. País

Para Alves & Antunes (2010) o processo de harmonização contabilística ainda não está concluído, sendo de vital importância a harmonização contabilística para o desenvolvimento da economia global. Este processo tem de evoluir e ganhar maior flexibilidade para uma melhor adaptação às especificidades de cada país, às diferenças culturais e sociais decorrentes de percursos históricos diferentes que se sobrepõem às diferenças contabilísticas.

No caso de Portugal, a transição em 2005, para um sistema de informação com base em normas internacionais de contabilidade está fortemente relacionada com a melhor qualidade de informação financeira (Farinha & Viana, 2009).

Nobes (2006) menciona que existem motivos e oportunidades para as diferenças internacionais de prática dentro da utilização das IFRS. Alguns dos motivos originais para diferenças internacionais no âmbito da contabilidade podem ainda contribuir para a evolução das IFRS, embora de maneiras diferentes. Também menciona, como dificuldade, a existência de traduções das IFRS para várias línguas o que, como em qualquer campo científico, pode acarretar um risco de que o processo de tradução altere ou produza a perda do sentido original das normas.

Neste mesmo contexto, Cordeiro *et al.* (2007) não encontraram uma norma clara para as variações de contabilidade. Num estudo realizado pelos autores, para avaliarem o impacto da aplicação das IFRS sobre a informação financeira das empresas públicas portuguesas pertencentes a Euronext Lisbon, concluíram que a estrutura do Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados dessas empresas sofreram conversões contabilísticas relevantes no processo de adaptação, o que terá acontecido pelo condicionamento imposto pelas IFRS, quanto ao desempenho e à medida da posição financeira.

No entanto Gonçalves *et al.* (2014), constataram que o processo de convergência trouxe impacto positivo no Brasil, ou seja, as informações contabilísticas que se basearam nas IFRS são mais relevantes que as informações construídas pelas normas brasileiras. Concluem também que as NIC são voltadas para o mercado de capitais, além de apresentarem informações contabilísticas ao Modelo de Revalorização, informações mais próximas da realidade económica da empresa, baseadas em princípios e não em regras fiscais, como é o caso brasileiro. Enfatizam que as informações contabilísticas conforme o normativo nacional eram prejudiciais aos analistas do mercado de capitais.

A Contabilidade enquanto ciência social está sujeita às grandes influências do ambiente em que atua, sendo que as práticas contabilísticas são fortemente afetadas pelos valores culturais, tradição histórica, estrutura política, económica e social. Dessa forma, os sistemas de contabilidade

diferenciam-se de acordo com o conjunto de leis, filosofias, procedimentos e objetivos de cada país (Niyama *et al.* (2010).

Na maior parte dos países, o paradigma do custo histórico subjacente aos princípios contabilísticos geralmente aceites (GAAP) implica que a maioria dos ativos seja contabilizada pelo seu custo de aquisição no balanço patrimonial, a menos que o valor contabilístico seja inferior ao justo valor de mercado desses ativos (Barlev *et al.*, 2007).

As DF pressupõem que quando são orientadas para o mercado de capitais, principalmente em países onde a economia é mais centralizada, o objetivo muitas vezes é mais legalista, de natureza, ou seja, as DF são preparadas para assegurar que as empresas estão em conformidade com seus respetivos códigos comerciais e, muitas vezes, são a base utilizada na estimativa do lucro apurado para fins de impostos. Contudo, a definição de normas de tais ambientes são muitas vezes mais de cariz governamental e as normas contabilísticas são fixadas, deixando pouco campo de escolha nos métodos contabilísticos. Diferenças entre os países também dizem respeito a questões contabilísticas específicas (Barlev *et al.* (2007).

Neste contexto, encontramos a quarta e última questão da nossa investigação, a saber:

Q4: Será que as empresas portuguesas tendem a adotar menos a mensuração pelo Modelo de Revalorização pela cultura mais prudente que caracteriza o modelo Continental Europeu?

2. Foco da Investigação

Com base nas várias questões anteriormente identificadas, a questão da investigação principal que se coloca e que está implícita nesta investigação é:

- Quais as características das empresas que podem condicionar a escolha pela base de mensuração do Modelo de Revalorização?

3. Apresentação da Análise

Neste item serão apresentadas as análises desenvolvidas, visando contribuir para a consecução dos objetivos pretendidos neste estudo.

Serão apresentadas análises estatísticas, tendo em conta a base de dados criada através da informação financeira observada e retirada dos relatórios financeiros das empresas consideradas na amostra.

3.1 Análise estatística do valor dos Ativos Fixos Tangíveis e respetivos resultados

Partindo dos valores observados dos AFT nos relatórios financeiros das empresas de ambos os países, procedemos em seguida à análise estatística dos mesmos; tomaremos os valores absolutos das empresas dos dois países, constantes da amostra, verificando-se a evolução do valor dos AFT, ao longo dos cinco anos em estudo e determinando o seu peso relativo ao Ativo Total.

As análises seguintes, incidindo sobre os fatores identificados como podendo ser determinantes na escolha do modelo de revalorização subsequente, serão efetuadas através da determinação da média, desvio padrão e valores máximo e mínimo.

Será ainda efetuada uma análise comparativa entre os dois países, atendendo aos níveis de excedentes de revalorização, a correlacionar com a escolha da política contabilística associada ao modelo de mensuração subsequente.

3.2 Peso relativo dos AFT sobre o Ativo Total

Apresentamos pois, na Tabela abaixo, os valores extraídos das DF, por país e no período de análise, tendo calculado o peso relativo dos AFT no Ativo Total:

Tabela 2 - Valor dos AFT em relação ao Ativo Total

Anos	Valor Total AFT (euros)		Valor Total do Ativo (euros)		Peso dos AFT no Ativo Total (%)	
Países	PT	BR	PT	BR	PT	BR
2010	49.898.780.236	5.573.810.694	137.796.930.074	31.340.797.570	36,21%	17,78%
2011	52.802.889.337	5.940.558.913	142.679.301.130	33.200.383.294	37,01%	17,89%
2012	54.433.996.452	6.791.050.821	148.039.621.580	35.073.011.541	36,77%	19,36%
2013	39.433.425.613	6.295.387.095	138.890.539.146	32.886.779.188	28,39%	19,14%
2014	37.552.836.197	6.972.803.764	124.979.970.997	38.032.805.151	30,05%	18,33%

Fonte: Elaboração própria

Conclui-se, pelos valores listados, que as percentagens dos AFT das empresas portuguesas são substancialmente superiores às apuradas em relação às empresas brasileiras.

3.3 Análise estatística da Dimensão e respetivos resultados

Como referido, nesta análise são apresentados os valores da Dimensão das empresas que constituem a amostra, tendo sido determinados a média, o desvio padrão e valores mínimo e máximo correspondentes.

Salienta-se que o cálculo da Dimensão foi determinado pelo logaritmo natural do Ativo Total.

Tabela 3 – Dimensão

Ano	Nº Empresas na média e acima da Média		Nº Empresas com Modelo de Revalorização		Média %		Desvio Padrão %		Mínimo %		Máximo %		
	Países	PT	BR	PT	BR	PT	BR	PT	BR	PT	BR	PT	BR
2010		13	10	7	1	21,537	19,990	1,372	1,237	19,072	18,004	24,424	22,518
2011		13	8	7	1	21,524	20,423	1,484	1,177	18,975	18,418	24,444	22,996
2012		13	9	7	1	21,515	20,463	1,520	1,226	18,774	18,387	24,476	22,995
2013		13	10	7	2	21,502	20,472	1,483	1,137	18,737	18,850	24,462	22,879
2014		12	11	8	1	21,358	20,536	1,451	1,180	18,717	19,149	24,482	23,041

Fonte: Elaboração própria

Pela análise de todos estes parâmetros concluímos que, em termos de dimensão, o nº de empresas que se encontram na média ou acima dela, são substancialmente diferentes entre Portugal e Brasil: no primeiro caso, são 12 a 13 empresas (cerca de 65%), enquanto no segundo caso, são cerca de 10 empresas, correspondendo a apenas 50%.

Correlacionando estas percentagens com as obtidas na análise do nº de empresas que optaram pelo Modelo de Revalorização, a realidade é bastante diferenciada: dos 65% de empresas de dimensão acima da média, corresponde apenas 54% (7 em 13) em Portugal; no Brasil, dos 50% de dimensão superior, a relação com a adoção do Modelo de Revalorização fica-se por 1% (1 em 10).

No que diz respeito ao logaritmo natural da dimensão apresentado pelas empresas da amostra é possível observar que cada empresa portuguesa reconheceu em média 21,537 em 2010, com valores muito aproximados nos seguintes, mas manifestando tendência de diminuição ano a ano. No Brasil, assiste-se a médias próximas das empresas portuguesas, (19,990 em 2010), embora a tendência seja contrária à do mercado português, evidenciando aumento a cada ano.

De acordo com o desvio padrão, identifica-se a dispersão que existe entre os valores em relação à média. No estudo presente, o referido desvio do fator Dimensão é bastante acentuado, embora nas empresas portuguesas, com maior dispersão, evidenciando uma maior heterogeneidade da amostra, enquanto nas empresas brasileiras a dispersão é ainda assim menor, conduzindo-nos a uma maior homogeneidade da amostra.

Esta situação pode ser ainda acompanhada através da análise ao valor máximo e mínimo observados na amostra, onde é possível verificar que existe uma diferença elevada entre o valor mais alto e o mais baixo da dimensão.

Como resposta à nossa primeira questão de investigação, conclui-se, portanto, que o fator Dimensão parece não influenciar grandemente na decisão da escolha do Modelo de revalorização

das empresas analisadas, já que os valores correspondentes a este fator são bastante próximos entre os dois Países, sem que no entanto sigam metodologias semelhantes, ou seja, Portugal segue mais o Modelo de Revalorização e o Brasil utiliza preferencialmente o Modelo de Custo.

3.4 Análise estatística do Endividamento e respetivos resultados

Seguindo a mesma metodologia de análise anterior, destaca-se que o cálculo do Endividamento foi determinado pelo rácio entre o Passivo não Corrente e o Capital Próprio.

Tabela 4 – Endividamento

Ano	Nº Empresas na média e acima da Média		Nº Empresas com Modelo de Revalorização		Média %		Desvio Padrão %		Mínimo %		Máximo %	
	PT	BR	PT	BR	PT	BR	PT	BR	PT	BR	PT	BR
2010	19	5	5	0	(0,155)	1,231	9,082	3,598	(38,312)	(9,434)	6,203	9,763
2011	10	19	3	1	1,341	(0,378)	2,412	3,760	(7,674)	(15,599)	4,076	2,092
2012	9	7	2	0	1,542	1,030	1,720	2,382	(3,906)	(4,199)	4,369	9,408
2013	11	8	3	1	1,762	0,802	1,318	0,940	(0,113)	(0,402)	4,831	3,890
2014	7	5	2	0	2,265	1,083	3,748	1,446	0,000	0,039	17,323	6,620

Fonte: Elaboração própria

Pela análise dos valores acima apresentados concluímos que o nº de empresas que apresentam um nível de endividamento na média ou acima dela, são substancialmente diferentes entre os dois países mas, essencialmente, assiste-se a uma enorme variabilidade neste rácio, de ano para ano:

- Em Portugal, no ano de 2010, existiam 19 empresas (das 20 analisadas) com endividamento acima da média, das quais 5 utilizaram o Modelo de Revalorização;
- No Brasil, assiste-se a um panorama idêntico mas no ano de 2011, embora só 1 Empresa utilizasse o referido Modelo;
- Os níveis de endividamento de ambos os países mostraram-se muito voláteis, como se pode constatar pelos valores médios, de desvio-padrão, mínimos e máximos, com alterações significativas conforme os anos do período de amostra, situação que se interliga com casos empresas específicas;

Quanto ao uso do modelo de revalorização, este é praticamente seguido apenas pelas empresas portuguesas, ainda assim de forma diminuta (em média por 26% das empresas, com percentagens variando entre os 18 e os 33%, conforme os anos). No Brasil, é praticamente irrelevante o percentual obtido, já que o uso incide no Modelo de Custo.

Em resposta à nossa segunda questão de investigação, conclui-se que o fator de Endividamento pesa na escolha das empresas quanto ao Modelo de Revalorização adotado. Fazemos especial referência ao fato do nº de empresas que utilizam o Modelo de Revalorização coincidirem com

as que se encontram abaixo da média do nível de endividamento e as empresas mais endividadas seguirem o Modelo de Custo.

3.5 Análise estatística da Rendibilidade e respetivos resultados

Ainda prosseguindo com o mesmo tipo de metodologia das análises anteriores, destaca-se que o cálculo da Rendibilidade foi determinado pelo rácio entre o Resultado Líquido do Período e o Capital Próprio. Apresentamos na Tabela 5, abaixo, os dados correspondentes a essa análise:

Tabela 5 – Rendibilidade

Ano	Nº Empresas na média e acima da Média		Nº Empresas com Modelo de Revalorização		Média %		Desvio Padrão %		Mínimo %		Máximo %	
	PT	BR	PT	BR	PT	BR	PT	BR	PT	BR	PT	BR
2010	6	5	3	0	0,227	1,231	0,311	3,598	(0,161)	(9,434)	1,231	9,763
2011	14	19	7	1	0,073	(0,378)	0,291	3,760	(0,603)	(15,599)	0,902	2,092
2012	9	7	3	0	0,081	1,030	0,172	2,382	(0,283)	(4,199)	0,535	9,408
2013	9	6	4	1	0,055	0,802	0,169	0,940	(0,494)	(0,402)	0,266	3,890
2014	15	5	5	0	(0,048)	1,083	1,660	1,446	(6,094)	0,039	3,868	6,620

Fonte: Elaboração própria

O nº de empresas que apresentam uma rendibilidade média elevada, situada na média ou acima dela, é bastante variável: - em Portugal apuram-se desvios de 60% (6 empresas em 2010 e 15 empresas em 2014); - no Brasil assiste-se a desvios ainda mais consideráveis, na ordem dos 74% (5 empresas em 2010 e 2014 versus 19 empresas em 2011).

Quanto ao Modelo de Revalorização, a média de empresas que o utilizaram em Portugal, no período dos 5 anos analisados, foi de 41%, com variações entre 50% em 2010/2011 e 28% em 2014. Destaca-se que esta diminuição no último ano de análise poderá refletir a variação da média de rendibilidade, em baixa, também manifesta pela dispersão mostrada no desvio-padrão.

Já no que respeita ao Brasil, os dados são manifestamente a favor do Modelo de Custo, tornando-se irrelevante qualquer outro tipo de análise.

O fator de Rendibilidade tem vindo a reduzir-se em Portugal ao longo de todo o período, enquanto no Brasil as médias são altamente voláteis, com idêntica relevância afirmada pelo desvio-padrão, dos valores mínimos e máximos.

Tentando pois responder à nossa terceira questão de investigação, deparamo-nos com dificuldades em concluir consistentemente se a Rendibilidade influencia ou não a escolha do modelo de mensuração subsequente, especialmente atendendo ao fato das análises individuais das empresas que usam o Modelo de Revalorização, não terem tido rendibilidades anuais sempre acima da média. Esta variação de rendibilidades auscultada, comparada com a manutenção do

uso do Modelo de revalorização, impede-nos de concluir, como esperávamos, que a rendibilidade esteja ligada ao Modelo de Revalorização.

3.6 Política Contabilística

Relembramos o que foi dito a propósito das influências do ambiente sobre Contabilidade, admitindo-se que as práticas contabilísticas sejam fortemente afetadas pelos valores culturais, tradição histórica, estrutura política, económica e social. Dessa forma, os sistemas de contabilidade diferenciam-se de acordo com o conjunto de leis, filosofias, procedimentos e objetivos de cada país (Niyama *et al.* (2010).

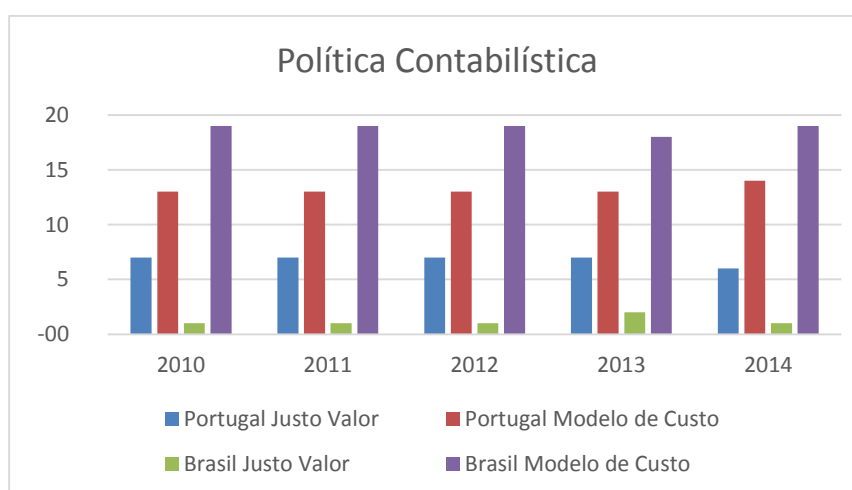
Nesta contextualização, optamos por fazer um levantamento da política contabilística prosseguida por cada uma das empresas da amostra, consultando para o efeito as notas explicativas das DF respetivas, durante o período da análise, que apresentamos na Tabela 6, sendo graficamente representado no Gráfico 1:

Tabela 6 - Política Contabilística

Ano	Portugal		Brasil	
	Modelo de Revalorização	Modelo de Custo	Modelo de Revalorização	Modelo de Custo
2010	7	13	1	19
2011	7	13	1	19
2012	7	13	1	19
2013	7	13	2	18
2014	6	14	1	19

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 1



Fonte: Elaboração própria

Destes dados podemos efetivamente aferir que a Política Contabilística seguida pelas empresas Portuguesas com maior predominância é ainda a do Modelo de Custo, com uma relevância de

cerca de 65% (13 em 20), versus o modelo de revalorização, com uma representatividade de 35% (7 em 20). Esta prevalência do Modelo de Custo estará por certo associada a uma cultura mais prudente, característica do modelo Continental Europeu.

Existe, no entanto, uma a tendência manifesta de esforço de aproximação às Normas Internacionais, por quebra com os valores cultural e historicamente instituídos.

No que concerne o Brasil, os valores falam *de per si*, pelo que poderemos concluir ainda não ser relevante a quebra das barreiras culturais, objetivos nacionais, entre outros, prevalecendo sobre a adoção dos normativos internacionais.

Assim, vemos respondida a nossa última questão de investigação, quanto à menor tendência adoção da mensuração pelo Modelo de Revalorização, interligada a uma cultura mais prudente que caracteriza o modelo Continental Europeu.

3.6 Análise dos Excedentes de Revalorização

Por último, formulamos uma análise aos Excedentes de Revalorização, com o intuito de extrapolar conclusões sobre o comportamento das empresas em estudo, evidenciando a adoção, ou não, do Modelo de Revalorização proposto pelas IFRS.

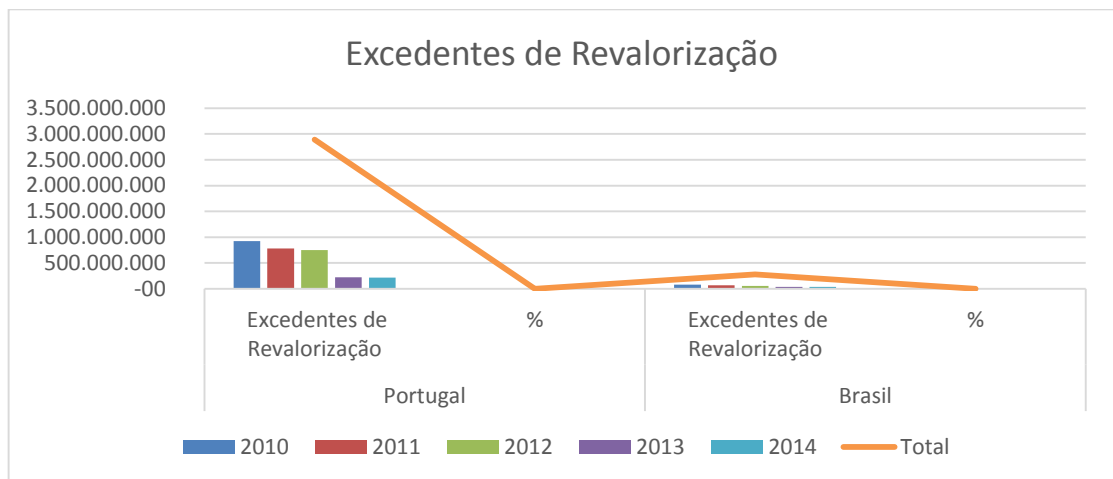
Tabela 7 - Excedentes de Revalorização

Países	Portugal		Brasil	
Ano	Excedentes de Revalorização	%	Excedentes de Revalorização	%
2010	921.006.504	32%	81.397.394	29%
2011	782.212.728	27%	69.292.189	25%
2012	748.541.891	26%	55.677.615	20%
2013	222.458.146	8%	37.391.638	13%
2014	217.431.490	8%	34.646.009	12%
Total	2.891.650.759	100%	278.404.845	100%

Fonte: Elaboração própria

valores em euros

Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria

Os valores apresentados revelam uma progressiva regressão dos Excedentes de Revalorização, com percentuais importantes: diminuições na ordem dos 38% a 8% em Portugal e dos 29% a 12% no caso do Brasil, ao longo dos cinco anos.

Esta evidência demonstra que as empresas optam essencialmente pelo Modelo de Custo, em detrimento do Modelo de Revalorização.

Tal facto, poder-se-á justificar pelo parecer de Haller & Wehrfritz (2013), quando, em estudo desenvolvido sobre o impacto dos princípios geralmente aceites localmente sobre a seleção da política contabilística, concluem que as Normas e tradições contabilísticas nacionais predominam, independentemente das empresas poderem ter aderido às IFRS. Relevam ainda não existirem mudanças significativas nas escolhas contabilísticas ao longo de vários anos, sendo expectável que este posicionamento perdure, ou seja, que as diferenças nos relatos financeiros internacionais continuem, mesmo sob a utilização das IFRS.

1. Principais Conclusões

Enunciamos as seguintes conclusões:

Partimos da necessidade cada vez mais imperiosa de divulgação de informações financeiras mais rápidas, precisas e complexas, requeridas pelo mercado globalizado. A constante transformação da economia mundial e a pressão crescente dos investidores, torna inevitável e fulcral a implementação das normas internacionais de contabilidade.

Neste contexto, as empresas precisam de elaborar as suas Demonstrações Financeiras (DF) de acordo com o modelo aceite no mercado em que atuam

A criação de uma linguagem contabilística comum é requerida por todas as partes interessadas (*stakeholders*) e reconhecida a nível mundial, em virtude da referida globalização dos negócios.

Assim, a expansão dos mercados de capitais a nível global exige uma progressão quer da qualidade da informação financeira, como do aumento de transparência, comparabilidade e rapidez na obtenção de dados, que podem ser conseguidos através da harmonização contabilística.

A falta dessa harmonização tem limitado a locação racional dos recursos económicos e financeiros nas empresas, pelas dificuldades de compreensão do risco e rendibilidade das mesmas, por parte dos investidores, podendo igualmente refletir-se nos aferidores dos mercados de capitais.

A par da harmonização contabilística, é igualmente exigida a sua normalização, factos que nesta dissertação se tornaram pontos de desenvolvimento essenciais, levando-nos ao seu estudo, de forma a sustentar os princípios contabilísticos a prosseguir, quer na Europa, como em Portugal e no Brasil, sendo estes os países sobre os quais incide este trabalho.

Os ativos fixos tangíveis (AFT) são um dos fatores mais determinantes na análise das DF das empresas, pelo que esta investigação incidiu sobre o estudo desta rúbrica, tendo sido se detetadas divergências de tratamento contabilístico, conforme o modelo subsequente utilizado: modelo de custo ou modelo de revalorização.

Assim, foi nosso objetivo caracterizar os fatores determinantes das opções contabilísticas por parte das 20 empresas cotadas em cada um dos dois mercados bolsistas em estudo, português e brasileiro, nos períodos entre 2010 e 2014 inclusive, relativamente ao modelo de revalorização subsequente dos AFT.

Não pudemos deixar de definir os conceitos inerentes aos AFT, determinação do seu valor e relevação contabilística, desde o reconhecimento inicial à mensuração subsequente. Foram ainda

analisadas as características de cada um dos métodos valorimétricos em estudo, isto é, do modelo do custo e do modelo de revalorização.

A metodologia adotada para a análise seguida foi quantitativa, através da análise de conteúdos, realizada pela análise financeira às DF das entidades analisadas.

Para a realização desta investigação, foram utilizadas as DF das entidades que constituem o NYSE Euronext Lisbon em Portugal e BM&FBovespa no Brasil, como já referido, vinte empresas, por cada país, abrangendo um período de 5 anos, desde 2010 a 2014 inclusive.

Foram identificados fatores que através da revisão de literatura nos pareceram os mais importantes e adequados para as análises estatísticas a desenvolver, com o intuito de aferirmos o seu impacto sobre a escolha do modelo de revalorização. Estes fatores foram:

- Dimensão;
- Endividamento;
- Rendibilidade;
- País (Política Contabilística);
- Excedentes de Revalorização.

Pela análise dos resultados obtidos, enunciamos as conclusões retiradas a propósito de cada fator determinante analisado, sendo:

- **Dimensão => Q1:** Existe uma relação entre a dimensão da empresa cotada e a escolha feita pela mesma relativamente ao modelo de mensuração subsequente?

Concluiu-se que o fator Dimensão parece não influenciar grandemente na decisão da escolha do Modelo de revalorização das empresas analisadas, já que os valores correspondentes a este fator são bastante próximos entre Portugal e Brasil, sem que no entanto sigam metodologias semelhantes, ou seja, Portugal segue mais o Modelo de revalorização e o Brasil utiliza preferencialmente o Modelo de Custo.

- **Endividamento => Q2:** A opção pelo modelo de mensuração subsequente escolhido está relacionada com o nível de endividamento?

Quanto a este fator de Endividamento, concluiu-se que pesa na escolha das empresas quanto ao Modelo de Revalorização adotado. Fazemos especial referência ao fato do nº de empresas que utilizam o Modelo de revalorização coincidirem com as que se encontram abaixo da média do nível de endividamento e as empresas mais endividadas seguirem o Modelo de Custo.

- **Rendibilidade** => **Q3**: Qual o efeito da rentabilidade das empresas sobre a adoção do Modelo de Revalorização?

Deparamo-nos com dificuldades em concluir consistentemente se a Rendibilidade influencia ou não a escolha do modelo de mensuração subsequente, especialmente atendendo ao fato das análises individuais das empresas que usam o Modelo de Revalorização, não terem tido rendibilidades anuais sempre acima da média. Esta variação de rendibilidades auscultada, comparada com a manutenção do uso do Modelo de revalorização, impede-nos de concluir, como esperávamos, que a rendibilidade esteja interligada ao Modelo de Revalorização.

- **País (Política Contabilística)** => **Q4**: Será que as empresas portuguesas tendem a adotar menos a mensuração pelo Modelo de Revalorização pela cultura mais prudente que caracteriza o modelo Continental Europeu?

Pelos resultados desta análise concluímos que efetivamente se revela uma menor tendência para a adoção da mensuração pelo Modelo de Revalorização, em Portugal e no Brasil, certamente interligada a uma cultura mais prudente, característica do modelo Continental Europeu.

A última análise incidiu sobre os Excedentes de Revalorização, com o intuito de extrapolar conclusões sobre o comportamento das empresas em estudo, evidenciando a adoção, ou não, do Modelo de Revalorização proposto pelas IFRS. Os resultados obtidos revelaram uma progressiva regressão dos Excedentes de Revalorização.

Estes resultados evidenciam tendências já apuradas noutros estudos, em que se concluiu que as normas e tradições contabilísticas nacionais predominam, independentemente das empresas poderem ter aderido às IFRS.

Da questão principal deste trabalho, cujo foco era na identificação das características das empresas que pudessem condicionar a escolha da base de mensuração do Modelo de Revalorização, resultaram as seguintes conclusões finais: - A **Dimensão** parece não influenciar na tomada de decisão, enquanto o **nível de endividamento** influencia na escolha do referido modelo, sendo que as empresas mais endividadas tendem a optar pelo Modelo de Custo, enquanto as menos endividadas seguem o Modelo de revalorização. Quanto à **Rendibilidade**, os resultados foram inconclusivos e, no que respeita à **Política contabilística (País)** concluímos que as empresas num país de sistema legal baseado no Direito Romano, como é o caso do Brasil e Portugal, embora pareçam dispostas a mudar a política contabilística, o que prevalece são as normas nacionais, mais enraizadas na prudência e conservadorismo.

Esta mesma tendência foi reforçada pela análise dos **Excedentes de Revalorização**.

2. Limitações do Estudo

As principais limitações sentidas neste estudo foram essencialmente o tempo de recolha de dados, que por muito extenso, dificultou grandemente a evolução e concretização do trabalho.

Relativamente à escolha da metodologia, sentimos poder não ter sido a mais adequada, pelo facto de não termos efetuado uma pré-análise das hipóteses de recolha de dados, que pudessem permitir uma abordagem metodológica melhorada.

Consideramos não ser viável uma análise empírica, pelo fato de que as empresas brasileiras analisadas, maioritariamente, optarem pelo modelo de custo, não contribuindo para que a amostra fosse suficiente para utilização de modelos adequados ao estudo, do modelo de revalorização.

Outros impedimentos encontrados residiram em dificuldades em estabelecer o paralelismo de terminologia entre os dois países estudados.

3. Perspetivas de trabalhos futuros

Pela relevância do tema e constante necessidade de harmonização e normalização contabilística, este tema mereceria desenvolvimentos futuros. Gostaríamos de aumentar o universo da amostra e poder alargar a comparação a outros países;

Pretendemos analisar no Relatório de Contas de cada entidade desenvolvida neste estudo, de forma que possamos verificar o tempo de vida útil dos AFT, correlacionado com o modelo de mensuração subsequente utilizado;

Estimaríamos também investigar entre os países de língua portuguesa, as terminologias utilizadas em cada código de contas, contribuindo assim para a harmonização contabilística dos conceitos utilizados.

- Alves, M. d., & Antunes, E. C. (2010). A Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade na Europa – Um Estudo Comparativo. *Departamento de Gestão e Economia*. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior.
- Antunes, M. T., Grecco, M. C., Formigoni, H., & Neto, O. R. (2012). A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia & Relações Internacionais*, 10, pp. 5-19.
- Astami, E. W., & Tower, G. (2006). Accounting-policy choice and firm characteristics in the Asia Pacific region: An international empirical test of Costly Contracting Theory. *The International Journal of Accounting*, 41.1, pp.1–21.
- Baker, P. S. (2011). An Examination of Potential Changes in Ratio Measurements Historical Cost versus Fair Value Measurement in Valuing Tangible Operational Assets. *Journal of Accounting and Finance*, 11, pp.170-175.
- BM&FBOVESPA (2014). *Empresas Listadas*. Acedido em 5 de Abril de 2015. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/CiasListadas/EmpresasListadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=ptbr>
- Banco de Portugal (2015). Taxas de Câmbio. Acedido em 1 de Junho de 2015. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/ptPT/Estatisticas/Dominios%20Estatisticos/EstatisticasCambiais/Documents/cambdia.xls>
- Bandeira, A. M., Sousa, B. d., & Neto, S. (2008). O Tratamento dos activos fixos tangíveis no SNC proposto. São Mamede Infesta, Porto, Porto: *Recipp- Iscap Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto*.
- Barbosa, R., Lemes, S., & Souza, F. (2014) Comparabilidade da Mensuração ao Valor Justo de Companhias Abertas Brasileiras pertencentes ao Índice Bovespa, XVII SEMEAD Seminários em Administração. Uberlândia.
- Barac, Z. A., & Sodan, S. (2011). Motives for Asset for Revaluations Policy Choice In Croatia. *Croatian Operational Research Review*, 2, pp. 60-70.
- Barlev, B., Fired, D., Haddad, J. R., & Livnat, J. (2007). Reevaluation of Revaluations: A Cross_country Examination of the Motives and Effects on Future Performance. *Journal of Business Finance & Accounting*, 34, 7,8. Acedido em 04 de Janeiro de 2015. Disponível em: doi:10.1111/j.1468-5957.2007.02019.x
- Breda, Z. I. (04 de 05 de 2015). *NBC-TG-27 Ativo Imobilizado*. Acedido em 04 de Maio de 2015. Disponível em: <http://cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=nbc-tg-27>
- Calixto, L. (2010). Analyse of Researches with Focus on Impact of IFRS. *Análise das pesquisas com foco nos impactos da adoção do IFRS nos países europeus*, pp. 157-187.
- Callao, S., Jarne, J. I., & Laínez, J. A. (2 de Junho de 2007). Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. *Elsevier - Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, pp. 148-178.
- Carlson, P. (1997). Advancing the harmonisation of international accounting standards: Exploring an alternative path. *The International Journal of Accounting*, 32, pp. 357-378.
- Carraro, F., & Wohlgemuth, J. M. (2014). Adaptação do imobilizado referente às novas Normas Internacionais - CPC 27: Estudo de caso em uma empresa do setor industrial da região do Vale dos Sinos. *Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis*, 4.

- CFC. (2010). Conselho Federal de Contabilidade. Acedido em 04 de Maio de 2015. Disponível em:
http://www.portalcfc.org.br/coordenadorias/camara_tecnica/normas_brasileiras_de_contabilidade/
- CMVM (2015) - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Acedido em 02 de Abril de 2015. Disponível em: http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/cons_ent_soc_ab.cfm?nome=&src=shp
- Cheng, Q., & Warfield, T. D. (2005). Equity incentives and earnings management. *80*, 2, pp. 441-476.
- Choi, T. H., Pae, J., Park, S., & Song, Y. (2013). Asset revaluations: motives and choice of items to revalue. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, *20*, pp. 144-171.
- Christensen, H. B., & Nikolaev, V. V. (29 de September de 2013). Does fair value accounting for non-financial assets pass the market test? *Review of Accounting Studies*, *18*, pp. 734-775.
- CNC. (2008). *Jornal Oficial da União Europeia*. Acedido em 14 de Fevereiro de 2015. Disponível em:
http://www.cnc.minfinancas.pt/_siteantigo/IAS_SIC/REG_1126_2008_NIC_consolidado.pdf
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2005). Acedido em 14 de Fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>
- Consultoria, G. (2012). *Global Consultoria*. Acedido em 25 de Junho de 2015. Disponível em: http://www.globalconsultoria.com.br/adequacao_ifrs/
- Cordeiro, R., Couto, G., & Silva, F. (January de 2007). *Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Firm Reporting: The Case of Portugal*. Obtido em 14 de 02 de 2015, de Social Science Research Network: <http://ssrn.com/abstract=969972>
- Costa, F. J. (2012). A divulgação dos Ativos Fixos Tangíveis segundo a IAS 16 e o seu grau de cumprimento: uma análise ao anexo. *Repositório da Universidade do Minho*. Acedido em 12 de Janeiro de 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/19583>
- Costa, L. d., Nascimento, S., Lagioia, U., & Araújo, J. d. (2013). Uma Investigação acerca das Percepções dos Discentes do Brasil e de Portugal sobre a Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais. *Revista de Contabilidade da Ufba*, *7*, pp. 55-68.
- Costa, T. d., Almeida, S. R., & Silva, A. H. (2 de Jan/abr de 2013). Uma Análise dos Impactos da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: Um Estudo de Empresas de Capital Aberto no Setor de Bebidas, Alimentos e Comércio. *Pensar Contábil*, *XV*, pp. 4-13.
- Couto, G., & Ferreira, S. (2010). Os determinantes da estrutura de capital de empresas do PSI 20 Los determinantes de la estructura del capital de las empresas de la PSI 20 The determinants of the capital structure of PSI 20 companies. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, *9*, p. 26.
- Delloite (2008). O Brasil na convergência 3. Acedido em 20 de Janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.iasplus.com/en/binary/americas/0902brazilpracticalguide.pdf>
- Demaria, S., & Dufour, D. (2007). *First time adoption of IFRS, Fair value option, Conservatism: Evidences from French listed companies*. Acedido em 15 de Janeiro de 2015. Disponível em:

http://hp.gredeg.cnrs.fr/Samira_Demaria/recherche/First%20adoption%20and%20fair%20value%20Demaria%20Dufour.pdf

- Domenico, D. D., Magro, C. B., & Klann, R. C. (2014). Impactos da Adoção das Normas Contábeis Internacionais Completas nos Indicadores Econômico-Financeiros de Empresas Listada na Bovespa. *Revista de Informação Contábil*, 8, pp. 52-70.
- Eckert, A. (2012). Mudanças significativas ocorridas no ativo imobilizado devido à implantação das às Normas Internacionais de Contabilidade – IFES: O caso da Alfa. Acedido em 10 de Janeiro de 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/2139/1573>
- Farinha, J., & Viana, L. (2009). Board Structure and Modified Audit Opinions: Evidence from the Portuguese Stock Exchange. *I3*, pp. 237-258. Acedido em 10 de Janeiro de 2015. Disponível em: doi:10.1111/j.1099-1123.2009.00394.x
- Figueiredo, G. (2007). Determinantes da Composição do Endividamento de Longo Prazo das Empresas Brasileiras Listadas na Bolsa de Valores de São Paulo: Uma Abordagem Empírica. *Dissertação de Metrado*. São Paulo.
- Gonçalves, J. C., Batista, B. L., & Macedo, M. A. (Jul/Set de 2014). Analysis of the impact of the convergence process to the International Accounting Standards in Brazil: a study based on the value relevance of accounting information. *Revista Universo Contábil*, pp. 25-43.
- Guerreiro, M. A. (2006). Impacto da adoção das International Financial. *Contabilidade e Gestão*, 3, pp.7-32.
- Guerreiro, M. A. (26 de Julho de 2008). Impacto da adoção das International Financial Reporting Standards: factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas. *Contabilidade e Gestão*, 3, pp. 7-32.
- Guerreiro, M. S., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2012). Factors influencing the preparedness of large unlisted companies to implement adapted International Financial Reporting Standards in Portugal. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 21, pp. 169-184.
- Haller, A., & Wehrfritz, M. (2013). The impact of national GAAP and accounting traditions on IFRS policy selection: Evidence from Germany and the UK. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 22, pp. 39 - 56.
- Hermann, D., Saudagaran, S. M., & Wayne B. Thomas. (March de 2006). The quality of fair value measures for property, plant, and equipment. *Accounting Forum*, 30, 43-59.
- IAS16 (2008). Norma Internacional de Contabilidade 16. *Jornal Oficial da União Europeia* L 320/72 de 29 de novembro de 2008.
- IASB. (2011). *IASB International Accounting Standards Board*. Acedido em 03 de 01 de 2015. Disponível em: <http://eifrs.iasb.org/eifrs/bnstandards/en/ias16.pdf>
- IFRS. (2015). *Internacional Financial Reporting Standard*. Acedido em 03 de 01 de 2015. Disponível em: <http://www.ifrs.org/>: <http://www.ifrs.org/Current-Projects/IFRIC-Projects/Pages/IFRIC-activities.aspx>
- IFRS (2015b). *Internacional Financial Reporting Standard*. Acedido em 03 de 01 de 2015. Disponível em: <http://www.ifrs.org/>: <http://www.ifrs.org/Updates/IASB-Updates/2008/Pages/2008-IASB-Updates.aspx>
- Iudícibus, S. d. (2010). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas.

- Jermakowicz, E. K., & Gornik-Tomaszewski, S. (08 de 2006). Implementing IFRS from the perspective of UE publicly traded companies. *Elsevier - Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, pp. 170-196.
- Kang, S.-H., & Zhao, Y. (Janeiro de 2010). Information Content and Value Relevance of Depreciation: A Cross-Industry Analysis. *Accounting Review*, 10, 227-260.
- Larson, R. K., & Street, D. L. (2 de Setembro de 2004). Convergence with IFRS in an expanding Europe: progress and obstacles identified by large accounting firms' survey. *Elsevier - Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 13, pp. 89-119.
- Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Acedido em 05 de Janeiro de 2015. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm
- Leite, J. d. (Julho/Agosto/2002 de 2002). Normas Contábeis Internacionais - Uma Visão para o Futuro. *Revista Brasileira de Contabilidade*, pp. 84.
- Lemos, K. C. (2011). *Contabilidade de instrumentos derivados. Estudo da informação divulgada pelas empresas portuguesas*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências Económicas y Empresariales, Espanha.
- Lopes, A. B. (2011). Teaching IFRS in Brazil: News from the front. *Accounting Education: An International Journal*, 20, pp. 339-347. Disponível em: doi:10.1080/09639284.2011.555946
- Lopes, A. B., & Walker, M. (2012). Asset revaluations, future firm performance and firm-level corporate governance arrangements: New evidence from Brazil. *The British Accounting Review*, 44, 53-67. doi:10.1016/j.bar.2012.03.007
- Lopes, C. M., Cerqueira, A. M., & Brandão, E. (2008). O Impacto da Dimensão e da Estrutura de Capitais na Qualidade das Demonstrações Financeiras. *XII Congresso Contabilidade e Auditoria*. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Lopes, C., Cerqueira, A., & Brandão, E. (2010). Impact of IFRS adoption on accounting quality in European firms. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 6-9, pp. 20-31.
- Lopes, P. T., & Viana, R. C. (2008). The transition to IFRS: disclosures by Portuguese listed companies. *WORKING PAPERS, Faculdade de Economia do Porto*.
- Lourenço, I. C., & Morais, A. I. (2004). Aplicação das Normas do IASB em Portugal. X *Congresso Contabilidade Relato Financeiro e Responsabilidade Social*. Lisboa.
- Lourenço, I., & Baptista, L. (2015). *Conceito de IAS 16*. Acedido em 11 de Fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.accounting-institute.com/coach/ifrs.php?pagina=videos&norma=ias-16-ativos-fixos-tangiveis>
- Marôco, J. (2007). *Análise Estatística com Utilização do SPSS* (Vol. 7). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Marques, M. D. (2013). The Corporate Governance of the PSI 20 Companies: Evaluation of Compliance with the Recommendations of the CMVM. *Journal of Management and Sustainability*.
- Marques, M. L., & Alves, M. d. (2012). A Mensuração Subsequente dos Activos Fixos Tangíveis: Aplicação das Normas Internacionais IAS 16 e IAS 12 em Portugal e em Espanha. XV

- Encuentro AECA - "Nuevos Caminos Para Europa: El papel para las empresas y los gobiernos"* (pp. 91a). Ofir-Esposende - Portugal: Revista AECA.ES.
- Martins, A., & Moutinho, N. (2007). Determinantes da escolha de práticas contabilísticas em grandes empresas: uma aplicação a Portugal. *XVII Jornadas Hispano Lusas de Gestão Científica 'Conocimiento, Innovación y Emprendedores' 8 e 9 de Fevereiro de 2007*. Logroño.
- Martins, O. S., & Paulo, E. (2010). The Reflection of the Adoption of IFRS in the Performance Analysis of Publicly Traded Companies in Brazil. Brasil: *Revista de Contabilidade e Organizações*.
- Missoner-Piera, F. (2007). Motives for fixed-asset revaluation: An empirical analysis with Swiss data. *The International Journal of Accounting*, pp.186-205.
- Monteiro, S., & Mota, J. (2009). Bloco Formativo I - Activos Fixos Tangíveis. *Revista dos Técnicos Oficiais de Conta*.
- Neto, J. E., Dias, W. d., & Pinheiro, L. E. (2010). Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um Estudo em empresas brasileiras de capital aberto. *Contabilidade Vista & Revista*, pp. 131-153.
- NBC TG 27 - Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral 27. Acedido em 06 de Janeiro de 2015. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001177
- Niyama, J. K., Dantas, J. A., Rodrigues, F. F., & Mendes, P. C. (Maio-Agosto de 2010). Principles-Based or Rules-Based Accounting Standard? *Revista de Contabilidade e Organizações*, pp. 3-29.
- Nobes, C. (2006). The survival of international differences under IFRS: towards a research agenda. *Accounting and Business Research*, 36, pp.233-245. doi:10.1080/00014788.2006.9730023
- Oliveira, H. M., Sousa, B. M., & Teixeira, A. L. (Abr/Jun de 2010). O Modelo das Demonstrações Financeiras de Acordo com o Sistema de Normalização Contabilística SNC. *Revista Universo Contábil*, 6, pp. 101-120.
- Oliveira, N. A., Junior, J. V., & Silva, A. H. (2011). Regulação contábil no Brasil: uma análise dos processos de audiência pública do comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) nos anos de 2007 a 2011. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 6, pp. 49-65.
- Pinheiro, C. F., Cruz, S. N., & Azevedo, G. M. (2013). Impacto da Transição de Modelo Contabilístico: Revisão de Literatura. *Estudos do ISCA*, IV, 2-10.
- Regulamento (CE) nº 1606/2002 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 19 de Julho de 2002. *Jornal Oficial da Comunidade Europeia*, L243/1 de 11/09/2002.
- Regulamento (CE) nº 1126/2008 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 19 de Julho de 2002. *Jornal Oficial da Comunidade Europeia*, L320/1 de 29/11/2008.
- Rodrigues, L. L., & Guerreiro, M. A. (2004). *A Convergência de Portugal com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Lisboa: Publish Team.
- Rodrigues, L. L., Schmidt, P., & Santos, J. L. (2012). The origins of modern accounting in Brazil: Influences leading to the adoption of IFRS. *Research in Accounting Regulation*, 24, pp. 15-24.

- Rosa, S. d. (2013). *A importância da Informação Financeira das PME: Mensuração do Activo Fixo Tangível*. Tese Doutoramento em Economia. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Sandu, T. (2013). Propriedades de investimento: A problemática das diferentes bases de mensuração no contexto dos grupos económicos. O caso particular da Sonae Sierra. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Politécnico de Lisboa.
- Silva, A. F., Silva, E. P., & Denberg, M. W. (Maio/Ago de 2011). Mensuração do Fair Value de Ativos Tangíveis: Estoque e Ativo Imobilizado. *Pensar Contábil*, 13, pp. 48-51.
- Silva, E. S. (2004). *Normas Internacionais de Contabilidade: De Teoria à prática*. Porto: Vida Económica.
- Silva, E. S., Mota, C., Queirós, M., & Pereira, A. (2013). *Finanças e Gestão de Riscos Internacionais*. Porto: Vida Económica.
- Simões, A. S. (2009). *O Abandono do Princípio do Custo Histórico a favor do Conceito de Justo Valor*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Sousa, M. J., & Batista, C. S. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios* (4 ed.). (l. Lidel - Edições técnicas, Ed.) Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (Janeiro de 1978). Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. *The Accounting Review*, pp. 112-134.
- Wilson, R. J. (2009). An Examination of Corporate Tax Shelter Participants. *Accounting Review*, Vol. 84, pp. 969-999.

Anexo I – Empresas Portuguesas

Empresas Portuguesas
Altri, SGPS, SA
Brisa - Auto Estradas de Portugal, SA
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, SA
Cofina, SGPS, SA
COMPTA - Equipamentos e Serviços de Informática, S.A.
Corticeira Amorim - SGPS S.A.
EDP - Energias de Portugal, SGPS, SA
Galp Energia, SGPS, SA
Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, SA
Jerónimo Martins - SGPS, SA
Martifer - SGPS, SA
Mota-Engil, SGPS, SA
Portugal Telecom, SGPS, SA
Reditus - SGPS, SA
Semapa - Sociedade Investimento e Gestão, SGPS, SA
Sonae - SGPS, SA
Sumol+Compal, S.A.
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA
Toyota Caetano Portugal, S.A.
Zon Multimédia - Serv. Tel. Multimédia, SGPS, SA

Fonte: Elaboração Própria

Anexo II – Empresas Brasileiras

Empresas Brasileiras
Aliansce Shopping Centers S.A.
Arezzo Indústria e Comércio S.A.
B2W - Companhia Digital
Bematech S.A.
CCR S.A.
CIA Hering
Embraer S.A.
Gaec Educação S.A.
Ideiasnet S.A.
Indústria Romi S.A.
Iochpe Maxion S.A.
Linx S.A.
Lupatech S.A.
Mahle-Metal Leve S.A.
Metalfrio Solutions S.A.
Positivo Informática S.A.
Somos Educação S.A.
Tim participações S.A.
Totvs S.A.
Tupy S.A.

Fonte: Elaboração própria